Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura **Número: 64**

II Sessão Legislativa **Horta, quinta-feira, 16 de outubro de 2025**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 5 minutos.

Após a chamada dos Deputados, a sessão iniciou-se com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, tendo sido apresentados os seguintes votos:

— **Voto de Congratulação pelos 50 anos do Hospital da Horta**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Feita a apresentação pela Deputada Inês Sá (PS), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação aos atletas Marta Magalhães e Martim Sousa campeões europeus de ténis de praia** , apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH. Feita a apresentação pela Deputada Olivéria Santos (CH), usaram, posteriormente, da palavra os Deputados Russell Sousa (PS), Nuno Barata (IL) e Luís Raposo (PSD). O referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação distinção obtida pela Futurismo - Azores Adventures no ART&TUR - Festival Internacional de Cinema de Turismo 2025, com o documentário «Mestre do Mar»**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM. Feita a apresentação pelo Deputado João Mendonça (PPM) e usado da palavra as Deputadas Marlene Damião (PS) e Ana Jorge (PSD), o referido voto foi aprovado por unanimidade.

— **Voto de Congratulação aos jovens açorianos vencedores do I9.Açores pela sua missão de empreendedorismo em Barcelona**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH. A apresentação do voto coube ao Deputado José Paulo Sousa (CH), usando, de seguida, da palavra os Deputados Sandra Costa Dias (PS) e Luís Raposo (PSD). O referido voto foi aprovado por unanimidade.

No período dedicado às **declarações políticas**, proferiu uma intervenção de tribuna a Deputada Hélia Cardoso (CH), tendo-se despoletado um debate em que participaram os Deputados José Miguel Toste (PS), António Lima (BE), Salomé Matos (PSD), bem como a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

A **Declaração Política** que se seguiu foi proferida pelo Deputado Pedro Pinto (CDS-PP), tendo intervindo os Deputados Francisco Lima (CH), Nuno Barata (IL), José Miguel Toste (PS) e Paulo Gomes (PSD), bem como a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral).

A última **Declaração Política** deste período legislativo coube ao Deputado António Lima (BE), usando da palavra sobre a mesma os Deputados Francisco Lima (CH), Sabrina Furtado (PSD), José Eduardo (PS), Pedro Pinto (CDS-PP) e ainda o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão). Para defesa da honra, usou da palavra a Deputada Sabrina Furtado (PSD), usando, de seguida, da palavra o Deputado António Lima (BE).

Ao cessar de funções de Deputados para tomar posse de novos cargos no poder local, usaram da palavra os Deputados Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Jaime Vieira (PSD) e Délia Melo (PSD), retorquindo com breves palavras de agradecimento os Deputados José Pacheco (CH), Andreia Cardoso (PS) e João Mendonça (PPM), o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão), bem como Sua Excelência o Presidente da ALRAA.

Foi aprovada, por unanimidade, a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de outubro de 2025.

Os trabalhos terminaram às 13 horas e 12 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 5 minutos.

Vamos dar iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Isabel Maria Diniz **Berbereia**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo Tavares**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Marco Euclides Lemos **Martins**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)
António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)
Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)
Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.
Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.
Declaro aberta a sessão.
Pode entrar o público.
Sras. e Srs. Deputados, esta manhã está reservada ao Período de Tratamentos de Assuntos Políticos. Vamos iniciar os nossos trabalhos com os votos que deram entrada na Mesa.
O primeiro é um Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre os 50 Anos do Hospital da Horta. Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá.
Deputada Inês Sá (PS): Bom dia.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
Pelos 50 anos do Hospital da Horta

A assistência médica organizada na ilha do Faial remonta à primeira ou segunda década do século XVI, com o estabelecimento da Santa Casa da Misericórdia na então Vila da Horta. Presume-se que o primeiro hospital tenha sido fundado após 1528, ano da abertura

ao culto da Igreja da Misericórdia, localizada na atual Rua D. Pedro IV, junto à qual se erguia o edifício hospitalar.

Ao longo dos séculos, a assistência à população faialense passou por diversos locais, entre os quais o Convento de Santo António dos Capuchos, o Convento de São Francisco e a chamada "Casa da Roda", refletindo a preocupação constante da comunidade em garantir cuidados de saúde aos mais necessitados.

No início do século XX, foi lançado o primeiro projeto de hospital construído de raiz na ilha do Faial, resultando na inauguração, em 1911, do Hospital Walter Bensaúde, instalado no antigo Convento de São Francisco e administrado pela Santa Casa da Misericórdia da Horta. O nome homenageia o seu maior benfeitor, o médico e filantropo Dr. Walter Bensaúde. O edifício, severamente danificado pelo sismo de 1973, levou à transferência provisória dos serviços hospitalares para novas instalações, até à inauguração, em 1985, do atual Hospital da Horta, na freguesia da Conceição. O antigo edifício do Hospital Walter Bensaúde passou, posteriormente, a acolher o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, preservando um legado de mais de um século de dedicação à saúde e ao serviço público.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, verificou-se a transferência dos hospitais das Misericórdias para o domínio público. A 30 de setembro de 1975, foi empossada a primeira Comissão Instaladora do então Hospital Distrital da Horta, iniciando-se um novo ciclo de gestão e modernização.

Em 1985, foi inaugurado o atual edifício do Hospital da Horta, marcando um momento de viragem na prestação de cuidados de saúde à população do Faial e das ilhas do Grupo Central. Desde então, esta unidade hospitalar tem vindo a ser modernizada e ampliada, com a aquisição de novos equipamentos, a introdução de novas especialidades médicas e a melhoria das condições de atendimento.

Nos últimos anos, o Hospital da Horta tem beneficiado de um investimento contínuo e estratégico na modernização das suas infraestruturas e serviços. A inauguração do novo Bloco C, bem como a remodelação e ampliação do Serviço de Urgência e do Hospital de

Dia, reforçaram significativamente a capacidade de resposta desta unidade de saúde. A atual intervenção em curso, centrada na requalificação global do edifício, designado como bolco A, confirma o compromisso permanente com a melhoria das condições de trabalho dos profissionais e com a prestação de cuidados de excelência à população.

O Hospital da Horta tem desempenhado um papel essencial na coesão regional e na promoção da saúde pública, prestando cuidados de proximidade com qualidade e humanismo, num contexto geográfico particularmente exigente. A sua história de meio século reflete o compromisso permanente com o serviço público, o bem-estar dos utentes e a valorização dos seus profissionais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 50 anos do Hospital da Horta, em reconhecimento do seu contributo inestimável para a saúde, o desenvolvimento e a qualidade de vida das populações açorianas.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do Hospital da Horta, à Secretaria Regional da Saúde e ao Município da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais,

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir. Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 50 anos do Hospital da Horta foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo CHEGA, aos atletas Marta Magalhães e Martim Sousa. Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo Regional dos Açores:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
Aos atletas Marta Magalhães e Martins Sousa
Campeões Europeus de Ténis de Praia

No passado mês de setembro, os atletas açorianos Marta Magalhães e Martim Sousa sagraram-se campeões europeus de ténis de praia, na categoria de pares mistos, no Campeonato da Europa de Ténis de Praia 2025, disputado no Karteros Beach Sports Center, em Heraklion, na Grécia.

A dupla açoriana protagonizou uma prestação brilhante, culminando numa vitória por 2-1 frente à dupla espanhola, com os parciais de 5-4, 0-4 e 10-6, conquistando assim o título continental e elevando o nome dos Açores e de Portugal ao pódio do ténis de praia Europeu.

Com apenas 19 e 21 anos, Marta Magalhães e Martim Sousa, de São Miguel, confirmaram o estatuto de promessas em ascensão no circuito internacional, integrando atualmente o Top 100 mundial — Marta Magalhães ocupa o 31.º lugar, enquanto Martim Sousa é o 77.º classificado do ranking da Federação Internacional de Ténis de Praia.

A conquista do título europeu é o culminar de um percurso de dedicação e esforço iniciado nas praias açorianas, onde ambos começaram a praticar a modalidade ainda em idade juvenil. Com o apoio técnico e logístico da Associação de Ténis dos Açores e o incentivo dos clubes locais, os jovens atletas demonstraram que é possível atingir o mais alto nível competitivo a partir de uma Região ultraperiférica, quando há talento, disciplina e ambição.

O triunfo na Grécia é, por isso, muito mais do que um resultado desportivo, é uma demonstração de que os Açores são um viveiro de talento e excelência, capazes de competir e vencer ao mais alto nível europeu. É também um sinal claro de que o investimento na formação e no desporto regional produz frutos concretos e motivo de orgulho coletivo.

Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação aos atletas açorianos Marta Magalhães e Martim Sousa, pela conquista do Campeonato da Europa de Ténis de Praia 2025, do qual deve ser dado conhecimento aos atletas, à Federação Portuguesa de Ténis, à Associação de Ténis dos Açores, e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Pausa.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor.

(*) **Deputado Russell Sousa** (PS): Bom dia, a todos. Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

O Partido Socialista dos Açores associa-se a este voto, com naturalidade, dando nota que é mais um grande feito para o desporto açoriano, principalmente para um desporto que é recente na nossa Região: o ténis de praia.

São clubes que estão a dinamizar diferentes desportos na nossa Região e estes desportos têm dado frutos. Fruto disto, é o facto da atleta Marta Magalhães e Martim Sousa terem sido campeões europeus de ténis de praia, sendo que, por exemplo, na ilha de São Miguel,

de onde estes dois jovens são provenientes, grande parte deste desporto é praticado na praia do Pópulo.

Há menos de 5 anos que este desporto existe, com regularidade, na praia do Pópulo, o que mostra o crescimento e o potencial que este desporto tem para os jovens açorianos.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho acompanhado, ao longo dos últimos anos, as carreiras desportivas, quer da Marta Magalhães, quer do Martim Sousa que, inclusivamente, teve um período da sua vida a estudar nos Estados Unidos e obteve uma bolsa, precisamente, por causa das suas capacidades como tenista, bem como o seu irmão Miguel, que também tem tido uma boa prestação ao nível desta recente modalidade.

São, de facto, um bom exemplo daquilo que diz o voto que a Sra. Deputada Oliveira Santos nos apresentou: de perseverança, de trabalho, de dedicação, a uma modalidade que, apesar de recente, tem demonstrado a capacidade dos nossos atletas se afirmarem no contexto internacional.

É, por isso, com muito agrado, que a Iniciativa Liberal vai acompanhar este voto que aqui nos traz o CHEGA e que serve também como incentivo não só a essa dupla como às outras duplas que estão a trabalhar, neste momento, no setor (se bem que o Miguel está a fazer dupla com um tenista espanhol), e para que outros jovens se dediquem ao desporto, porque é uma das vias que nós entendemos como a melhor via para evitar comportamentos desviantes.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Raposo, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Raposo** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD Açores associa-se, com a maior das naturalidades, a este Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

Deixar a nossa nota de congratulação aos atletas, nomeadamente à Marta e ao Martim pelos feitos alcançados.

Apesar de, como aqui já foi dito, ser uma modalidade emergente na nossa Região Autónoma, passa já com alguns marcos de referência e, acima de tudo, de qualidade por parte dos nossos atletas.

Estendo, naturalmente, esses cumprimentos às suas famílias que, certamente, também se dedicam aos próprios para que possam atingir todos os seus objetivos, aos seus acompanhantes, no que toca aos clubes que representam e, de certa forma, deixo aqui uma nota que o desporto açoriano tem vindo a cimentar-se cada vez mais com projeção não só nacional, mas também internacional. A Marta e o Martim são exemplos disso.

Por isso, fica aqui a nossa nota de congratulação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir. Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação aos atletas Marta Magalhães e Martim Sousa, campeões europeus de ténis de praia, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Mendonça para apresentação de um Voto de Congratulação pela distinção obtida pela Futurismo. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr.

Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela distinção da Futurismo no ART&TUR – Festival Internacional de Cinema de Turismo 2025

A Representação Parlamentar do PPM apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Congratulação pela distinção obtida pela Futurismo – Azores Adventures no ART&TUR – Festival Internacional de Cinema de Turismo 2025, onde o documentário *Mestre do Mar* conquistou o 1.º Prémio na categoria "Turismo e Sustentabilidade".

Regista-se que esta distinção reconhece o mérito do filme *Mestre do Mar* na promoção do património marítimo e cultural açoriano, projetando o trabalho desenvolvido pela Futurismo e contribuindo para a valorização externa da Região.

O ART&TUR é uma referência internacional na promoção do cinema de turismo e cultura, reunindo anualmente centenas de filmes de diversos países e evidenciando as melhores práticas do setor. A distinção agora atribuída à Futurismo reforça a visibilidade dos Açores e valoriza a nossa identidade cultural e ambiental.

O filme *Mestre do Mar* acompanha a construção de um bote baleeiro açoriano e regista a transmissão de um saber tradicional singular, associado à figura de João Tavares, mestre construtor cuja obra simboliza a continuidade de uma arte que marcou a história insular. A obra evidencia a importância do património baleeiro e do património marítimo na formação da memória coletiva açoriana.

A Futurismo – Azores Adventures tem desempenhado um papel relevante no turismo de natureza e na observação responsável de cetáceos, conjugando atividade económica com práticas de sustentabilidade e projetos de divulgação científica e cultural. A distinção alcançada reconhece a qualidade criativa e técnica da equipa e o seu compromisso com a valorização da cultura marítima dos Açores.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, propomos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação à Futurismo, à sua equipa criativa e técnica, bem como aos parceiros institucionais e comunitários envolvidos, fazendo votos de continuidade de um trabalho exemplar na promoção sustentável do destino Açores.

Deste Voto deve ser dado conhecimento à Futurismo – Azores Adventures, à organização do ART&TUR – Festival Internacional de Cinema de Turismo e à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2025

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

(*) **Deputada Marlene Damião** (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto e enaltece o percurso que a Futurismo tem vindo a alcançar ao longo das últimas 3 décadas.

A Futurismo é uma das empresas pioneiras do turismo de natureza nos Açores. Tem uma atuação marcada pela sustentabilidade, inovação e o compromisso com a conservação marinha.

Tem contribuído de forma decisiva para a divulgação da biodiversidade marinha dos Açores, promovendo a observação responsável de cetáceos e o turismo científico, aliando de forma ímpar a componente turística à educação ambiental e à investigação.

O prémio agora conquistado é mais uma prova do reconhecimento global da qualidade do trabalho da Futurismo que projeta os Açores no mundo, reforçando a imagem do nosso arquipélago como um destino de turismo sustentável e de excelência ambiental, pelo que, e como já referi, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a esse voto e expressa à Futurismo e a toda a sua equipa, votos de louvor e de felicitação pelo prémio alcançado.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Ana Jorge, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Jorge** (PSD): Muito bom dia. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, sem dúvida nenhuma, ao Voto de Congratulação apresentado pela representação do PPM, destacando, de facto, aquilo que também é o papel da empresa Futurismo – Azores Adventures.

É um exemplo reconhecido internacionalmente (já o foi dito pela Sra. Deputada Marlene Damião), que proporciona experiências em mar e terra, de sustentabilidade, também de educação ambiental e é, sem dúvida, uma empresa que, de uma forma sustentada e contínua, tem conseguido preservar a cultura, a tradição náutica, como o património baleeiro, e sempre tentou preservar esse património. Portanto, visa qualificar e valorizar a Região através do turismo e aquilo que vemos é este contributo global, que, mais uma vez, projeta o nome dos Açores e, de facto, no mundo a este nível.

De destacar — e é um aspeto importante — que este documentário que agora é galardoado, *Mestre do Mar*, que conquistou o primeiro prémio na categoria de "turismo e sustentabilidade", mostra aquilo que foi um trabalho que eu, pessoalmente, pude acompanhar (algumas vezes um bocadinho mais à distância), gravado na oficina do Mestre João Tavares, que tem 78 anos que, aliás, também já foi honrado com a medalha de Mérito, por esta Assembleia Legislativa, há cerca de 4 ou 5 anos. É considerado, muitas das vezes, como o último mestre construtor naval de botes baleeiros açorianos, e integra, por isso, vários testemunhos de vários membros da comunidade, perpetuando um saber que é centenário, muitas das vezes considerado em vias de desaparecimento, que esperemos nós que assim não seja.

Portanto, também destacar este aspeto, destacar que efetivamente há aqui uma dimensão de projeção da nossa cultura baleeira, mas também daquilo que é a tradição da construção baleeira e, neste caso, perpetuada pelo mestre João Tavares, que já tem uma idade de 78 anos, sempre disponível para perpetuar o seu saber junto da comunidade juvenil através

até também da escola. A sua oficina está sempre aberta a quem pretenda conhecer e perceber a arte da construção baleeira.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir. Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pela distinção obtida pela Futurismo no Festival Internacional de Cinema de Turismo 2025, com o documentário *Mestre do Mar*, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para o último voto, Voto de Congratulação, apresentado pelo CHEGA. Tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa. O Voto é aos jovens açorianos vencedores do I9.Açores, pela sua missão de empreendedorismo, em Barcelona.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Aos jovens açorianos vencedores do I9.Açores pela sua missão de empreendedorismo em Barcelona

Os alunos açorianos vencedores do concurso regional I9.Açores — Academia Jovem de Ideias Inovadoras 2025 concluíram, no passado dia 8 de setembro, uma Missão de Empreendedorismo, em Barcelona, que lhes permitiu contactar com realidades inovadoras, conhecer projetos de referência e aprofundar a experiência cultural na capital catalã.

Participaram nesta missão os vencedores das diferentes categorias do I9.Açores 2025:

- Miguel Gago da Câmara e Vicente Tavares (E.B.I. de Capelas), com o projeto *"Queijadinha Real"*;
- Pedro Dias (Escola Secundária Domingos Rebelo), com *"Caméliaessencis"*;
- Iara Silva e Beatriz Teles (Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória – CDIJ Fortis), com *"Praia By Boat"*;
- Tomás Teixeira e Edgar Salvador (EPROSEC), com *"Fertazor"*;
- Vasco Lima (Universidade do Minho), com *"Coletivo Vulca"*.

A iniciativa, decorreu entre os dias 4 e 8 de setembro de 2025, com o objetivo de "possibilitar o contacto dos jovens estudantes com diferentes realidades empreendedoras", através de visitas a empresas, instituições e espaços de inovação.

O programa incluiu uma passagem pela DFactory Barcelona, considerado um dos maiores *hubs* tecnológicos da Europa, onde os participantes exploraram áreas emergentes como a inteligência artificial, impressão 3D e robótica. Seguiu-se uma visita à Estrella Damm, marca centenária de cerveja, onde foi destacado o equilíbrio entre tradição e inovação, e à TBS Education, escola internacional de gestão que evidenciou a importância da criatividade e da internacionalização no ensino.

A vertente cultural não foi esquecida, com visitas ao Bairro Gótico, Las Ramblas, Park Güell e à icónica Sagrada Família, proporcionando aos jovens uma experiência formativa e inspiradora em diferentes dimensões.

O concurso I9.Açores — Academia Jovem de Ideias Inovadoras, integrado na Academia Empreendedora, já envolveu mais de 6000 jovens açorianos de todos os ciclos de ensino,

promovendo a criatividade, a inovação e o espírito de iniciativa entre a juventude da Região.

Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação aos alunos Miguel Gago da Câmara e Vicente Tavares – da E.B.I. de Capelas, ao aluno Pedro Dias – da Escola Secundária Domingos Rebelo, às alunas Iara Silva e Beatriz Teles – da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória – CDIJ Fortis, aos alunos Tomás Teixeira e Edgar Salvador – da EPROSEC, e ao aluno Vasco Lima – da Universidade do Minho, vencedores do I9.Açores pela sua missão de empreendedorismo em Barcelona, do qual deve ser dado conhecimento aos próprios alunos, às escolas que representam e à Direção Regional da Educação.

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sandra Costa Dias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sandra Costa Dias** (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto, parabenizando todos os alunos aqui distinguidos como vencedores do concurso regional I9.Açores.

O resultado só é possível com muita dedicação, trabalho, empenho e, portanto, é por esta razão motivo de orgulho e de parabéns para todos aqueles que almejaram conseguir este feito e conseguiram, de facto.

Esta congratulação é extensiva a todos aqueles que são envolvidos neste processo: para além dos alunos, obviamente, todos os seus professores, mentores, os pais, todos aqueles que participaram na produção deste resultado.

O empreendedorismo em contexto de formação é especialmente importante pelo

significado que tem no desenvolvimento de competências que são transversais, importantes não só na vertente de criação de negócio, mas são transversais a todas as áreas da vida da sociedade e por isso é também um fator de congratulação perceber que estas dinâmicas continuam nas escolas açorianas e a preparar alunos para um futuro mais risonho e mais produtivo, mais feliz.

É com um redobrado regozijo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista parabeniza os alunos Miguel Gago da Câmara e Vicente Tavares, da Escola das Capelas, Pedro Dias, da Escola Secundária Domingos Rebelo, Iara Silva e Beatriz Teles, da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, o Tomás Teixeira e o Edgar Salvador da Escola EPROSEC e, finalmente, o aluno Vasco Lima, da Universidade do Minho. A todos, os nossos parabéns.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Raposo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Raposo** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

Cabe-me, no Grupo Parlamentar do PSD, associar-me a este voto, felicitar todos os alunos e professores envolvidos, salvo erro (e se a Sra. Secretária não me deixar enganar), que participaram na sessão que se realizou na Terceira, nos dias 19 e 20 de maio, na qual tive a oportunidade de participar juntamente com o Sr. Deputado Pedro Pinto. Naqueles dias, tivemos a oportunidade de ver, de forma direta, todo o trabalho desenvolvido por aqueles alunos e professoras, nos seus projetos; projetos não só os vencedores, mas aqueles que acabaram por não atingir os seus objetivos nos pódios, digamos assim, de qualidade, e que nos dão garantia que temos jovens, com muita qualidade, muito potencial, na nossa Região, e por isso também os felicito.

Esta missão a Barcelona acaba por ser o culminar de todo o trabalho desenvolvido apresentado naqueles dias, mas também de preparação nas suas escolas.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD Açores não pode deixar de congratular o

Governo Regional pela aposta que tem dado ao empreendedorismo e até mesmo no despisto vocacional desses jovens.

Pedimos que esta aposta, naturalmente, continue ao longo dos próximos anos, deixando aqui também uma palavra de enorme orgulho a esses jovens que representaram, e muito bem, os Açores no contexto internacional.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir. Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação aos jovens açorianos vencedores do I9.Açores pela sua missão de Empreendedorismo, em Barcelona, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrada a apresentação e votação dos votos, vamos prosseguir com as declarações políticas.

É a vez do Grupo Parlamentar do CHEGA fazer a sua declaração política. Para o efeito, tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na nota introdutória de um dos documentos do Portal Público dos Indicadores do SRS (Serviço Regional de Saúde), no Portal do Governo, tem uma justificação da necessidade destes indicadores que considero perfeita e que reproduzo:

"A transparência na divulgação de indicadores e atividades assistenciais é crucial para garantir a confiança da população nas instituições de saúde. Quando os dados sobre a qualidade dos serviços prestados, a eficácia dos tratamentos e os resultados das

intervenções são disponibilizados de forma clara e acessível, os cidadãos podem tomar decisões informadas sobre sua saúde e bem-estar"

Nada mais verdadeiro!

Quando foi apresentado este Portal em março deste ano, considerei os indicadores pouco ambiciosos, mas era compreensível que fossem escolhidos dados simples e fáceis de validar, para o arranque desta fonte de informação.

Passados 6 meses, esperava mais do que:

- Doentes saídos do internamento e demora média;
- Número de consultas médicas e de enfermagem nos Centros de Saúde;
- Consultas médicas nos hospitais pelo número total em vez de ser por especialidade;
- Intervenções cirúrgicas e tempos de espera, uma vez mais, resultados totais e não por especialidade.

E esperava uma atualização de dados com mais frequência, em vez da sua estagnação em março.

Esperamos que estes indicadores evoluam e cruzem produção com recursos humanos para se possa fazer *benchmarketing* (termo utilizado no portal do Governo) ou em português, que considero mais adequado, comparação entre profissionais e entre hospitais.

Não há que ter medo de avaliar a produtividade!

Falemos agora do MUSA — Modelo Único de Saúde nos Açores.

O MUSA foi apresentado, em 2023, como um instrumento que permitiria, finalmente, um repositório único de informação clínica dos utentes do Serviço Regional de Saúde inserido no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) — componente do Hospital Digital.

Uma das vantagens deste repositório é o acesso a toda a informação clínica existente do utente, em qualquer unidade de saúde que se encontre, quer esteja no seu centro de saúde, quer esteja num hospital, em qualquer ilha dos Açores.

Sabemos que o mySaúde Açores, a porta de entrada digital para o MUSA, disponível na loja Google Play, desde janeiro, é já um instrumento ao serviço dos açorianos para a

marcação de consultas e renovação de receituário crónico (já agora deixo um repto à Câmara, caso ainda não se tenham inscrito no mySaúde para o fazer).

Vemos o MUSA como um meio para reduzir despesa ineficiente na Saúde, na medida em que evita a duplicação de exames e análises clínicas, pelo que, perguntamos: qual o ponto de situação, Sra. Secretária?

Passemos a outra área da saúde.

A despesa com a prescrição médica fornecida pelas farmácias absorve uma percentagem significativa do orçamento das unidades de saúde de ilha.

Há a perceção de prescrição excessiva que, em vez de tratar os problemas de saúde, podem afetá-la.

Temos de passar das perceções a dados concretos. E, curiosamente, já existem!

Há uma aplicação, no Serviço Regional de Saúde , que faz a conferência das faturas das farmácias, que, devidamente analisados, permite (vejam só) conhecer o perfil de cada prescritor, de cada utente, dos psicotrópicos prescritos; permite acompanhar consumos e padrões de prescrição/dispensa por especialidade, por patologia, por adequação terapêutica.

No SNS (Serviço Nacional de Saúde), esta análise já é feita desde a década de 80. No SRS, na malograda SAUDAÇOR, também era feita e foram detetadas situações de prescrição anómala. Tenho ideia de que até chegou a haver uma denúncia para o Ministério Público.

Questionamos novamente, esta componente tão importante da despesa do SRS, que tanto impacto tem na saúde dos utentes, está a ser analisada pela DRS (Direção Regional de Saúde)?

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José Miguel Toste, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração política que o CHEGA traz a esta Câmara, hoje, relativamente a sistemas de informação na área da saúde, em termos genéricos, e alguns projetos do Governo Regional, designadamente o portal da divulgação de dados de saúde, portal este que foi apresentado, com pompa e circunstância — percebe-se — com o propósito, no fundo, de cumprir aqui objetivos do PRR; no entanto, não cumpre o seu principal objetivo: o da transparência e da divulgação das informações.

Nesta Casa, sempre que há debates na área da saúde, coloca-se um problema da assimetria de informação. Ainda esta semana, na comunicação do Sr. Presidente do Governo Regional à Câmara, foram trazidos à colação dados de saúde que são completamente desconhecidos por nós, uma vez que não resultam, nem deste portal da transparência, nem de outros mecanismos que existem de divulgação de dados de saúde.

Previamente ao portal, havia um boletim que não é atualizado desde 2022. Também o SIGICA (Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia nos Açores) não é atualizado desde julho de 2025. Já temos dados de agosto e de setembro que não foram ainda divulgados. Certamente serão, de aluvião, em vésperas de discussão do debate do Plano e Orçamento, como já é o *modus operandi* da Secretaria Regional da Saúde, relativamente à divulgação desta informação.

E percebe-se bem porquê. Basta ver os dados de julho de 2025 e, naturalmente, há um agravamento do número de inscritos na lista de espera para uma cirurgia,...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Já lá vamos!

O Orador: ... agravamento este que não seria problemático se fosse acompanhado de uma redução do tempo médio de espera.

Sempre disse, nesta Casa, que o problema não é o número de inscritos, é o tempo que

demora cada um desses inscritos a ter a sua cirurgia.

É verdade que a Sra. Secretária virá com uma comparação do tempo de espera (em 2019, 466 dias), mas esquece que, por exemplo, o tempo de espera, neste momento, no HDES (Hospital do Divino Espírito Santo) são de 500 dias e que o tempo médio de espera já se encontra nos 460 dias.

Esse tempo de espera, de facto, foi reduzido e já foi reduzido por este Governo; só que a realidade é que nos últimos 2 anos, mês após mês, o tempo médio de espera tem aumentado, ou seja, este Governo já conseguiu reduzir e a Sra. Secretária já conseguiu, nos últimos 2 anos,...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E o que é que aconteceu? Já lá vamos, já lhe explico.

O Orador: ... aumentar e equiparar àquele que era o tempo médio de espera, em 2019, com que a Sra. Secretária gosta de sempre de comparar.

Infelizmente, quando sair os próximos dados do SIGICA , esta comparação já não poderá ser feita e o argumento que a Sra. Secretária traz sempre a esta Câmara cairá por terra. Muito provavelmente, o tempo médio de espera vai ultrapassar o tempo médio de espera que existia em 2019. Mas estas comparações estatísticas são totalmente irrelevantes, porque quem está à espera, o que quer saber é, neste momento, quando vai ser operado.

E relativamente a isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista trouxe a esta Câmara, no âmbito da discussão do Plano e Orçamento, uma iniciativa para que houvesse mais produção acrescida. Foi rejeitado pela Sra. Secretária.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): A Sra. Secretária não vota. O senhor não sabe o que é que está dizendo!

O Orador: Já estamos em outubro 2025. Por que motivo é que medidas, como o "Cheque Saúde", e outras iniciativas para a produção acrescida, ainda não se refletiram num desempenho e numa melhoria do tempo médio de espera?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): A Sra. Secretária não opera!

O Orador: A Sra. Secretária não opera, mas é responsável por quem opera e tem de criar mecanismos para que este tempo médio de espera desça. Esse seu aparte é a demonstração de um Governo resignado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Pelo amor de Deus!

O Orador: Apresenta um portal que não atualiza os dados e está resignado com a apresentação deste portal. Mês após mês, falha na apresentação dos dados do SIGICA e vive resignado com esta falha na apresentação destes dados, mas também vive resignado com os seus anúncios.

Anunciou, por exemplo, a abertura de uma Unidade de Cuidados Coronários no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT), no primeiro semestre.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Até este momento, ela ainda não se encontra em funcionamento.

Prometeu, igualmente, a instalação de uma sala de hemodinâmica no HSEIT.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Eu? O senhor não sabe o que é que está a dizer.

O Orador: Até este momento, não se encontra em funcionamento.

Portanto, Sra. Secretária, também em relação ao plano funcional do HDES, referiu que o mesmo já estaria disponibilizado neste momento.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O senhor já os tem. Escolha um dos dois.

O Orador: Temos os dois, mas ele ainda não é o plano funcional final.

Este debate é o rosto de um Governo resignado na área da saúde, Sra. Secretária.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agradeço que se inscrevam.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política do partido CHEGA, que aborda questões ligadas às informações e aos sistemas de informação em saúde, traz-nos uma questão que tem sido por diversas vezes abordada, que é o facto de o Governo, constantemente, há vários anos, preferir esconder aquilo que é o estado do Serviço Regional de Saúde e dos indicadores, a falar a verdade aos açorianos e açorianos.

E escondendo esses números, isso só significa que o Governo tem vergonha do trabalho que está a fazer.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Mas o que é isso?

O Orador: Só assim se explica que, no meio de 30 milhões de euros para o chamado Hospital Digital, não tenha havido 3 ou 4 mil euros para publicar nos relatórios anuais da Direção Regional da Saúde.

Não houve ninguém para fazer esses relatórios, porquê?

Porque, de facto, interessa ao Governo manter o Parlamento e as pessoas na ignorância do que se passa...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror! O senhor não pode dizer essas coisas.

O Orador: ... e daquilo que são os reais indicadores do Serviço Regional de Saúde.

Essa prática, de facto, já nos habituou, tal como já nos habituou o Governo a prometer, prometer, prometer, prometer e anunciar várias vezes as mesmas coisas.

Ainda há dias, tivemos campanha eleitoral e ouviu falar-se, novamente, do Centro de Saúde das Lajes.

Sempre que há campanha eleitoral, ouve falar-se dos investimentos.

Agora temos um novo Orçamento do Estado e ninguém sabe que verbas é que virão para os Açores, para o chamado novo Hospital de Ponta Delgada.

Aquilo que sabemos é que para o ano nada acontecerá, quando a Sra. Secretária anunciou que este ano, provavelmente, já teríamos a empreitada (a empreitada, imagine-se!).

De facto, a saúde está "doente" nos Açores, porque há um Governo que não faz transição digital; se nem escreveu uma carta, como se percebeu ontem, quanto mais transição digital no Serviço Regional de Saúde, que bem precisa, mas acima de tudo, precisa de cuidados e os açorianos esperam desesperadamente por um Governo que não lhes dá resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu vou naturalmente esclarecer a Sra. Deputada Hélia. Efetivamente trouxe aqui um tema que é pertinente, atendendo à atualidade, mas que convém ser esclarecido, porque efetivamente foram feitas afirmações sobre as quais já há alguns desenvolvimentos.

Em primeiro lugar, é notório e é urgente repor a verdade e dizer que, efetivamente, foram os governos da coligação, ao contrário daquilo que fez o Partido Socialista, através de anúncios de ferramentas informáticas, de modelos únicos e de sistemas únicos, depois de milhões e milhões de gastos e nunca foi implementado qualquer tipo de programa, e o Sr. Deputado José Toste sabe que é verdade.

Não foi dado nenhum passo efetivo relativamente à transição digital do Serviço Regional

de Saúde.

Deputado Carlos Silva (PS): Já passaram 5 anos. É lamentável esse discurso recorrente, Sra. Secretária!

A Oradora: E o Sr. Deputado sabe disso, sabe que é verdade, sabe que foram gastos milhões e os açorianos nunca puderam ver esses sistemas em comunicação.

Felizmente, o Governo da coligação, através do Hospital Digital, deu passos efetivos.

O Hospital Digital já alcançou as duas metas A, que eram efetivamente aquelas que seriam as mais relevantes para cumprimento do marco e da meta, nomeadamente, a telemedicina e o acesso de 25 000 utentes ao portal e à aplicação mySaúde. Inclusive, a estrutura de missão nos últimos dois pedidos de pagamento à União Europeia, destaca a meta A das 1000 consultas e os 25 000 acessos que os açorianos (que aproveito publicamente também para agradecer) naturalmente fizeram *download* da aplicação.

Portanto, em relação à transição digital, acho que há provas dadas que este Governo, efetivamente, está a fazer aquilo que os Governos do Partido Socialista não fizeram.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: E mais: em relação à interoperabilidade, que efetivamente essa é que será uma mais-valia para os sistemas todos comunicarem, o que este Governo está a fazer é aquilo que é recomendado do ponto de vista das diretivas europeias, que não é na atualidade um modelo único, mas sim, garantir que os vários sistemas de saúde e de informação comuniquem entre si.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é importante!

A Oradora: Este pormenor faz a diferença, porque, efetivamente, há 5 anos, as diretivas seriam outras, seria, sim, de criar o modelo único.

Deputado José Miguel Toste (PS): Isso não é uma aplicação, isso é outra coisa.

A Oradora: Agora, atendendo à evolução, a fenómenos como o apagão, a *bugs* informáticos, o que está recomendado é que haja a possibilidade de comunicação entre os diferentes sistemas e é isso que estamos a garantir e é isto que já existe.

Já existe interoperabilidade para o RNU (Registo Nacional de Utentes), para a Glintt,

Clinidata, e já é possível aceder, nas instituições, a várias ferramentas que estão ao dispor, sendo que esta interoperabilidade, no âmbito do Hospital Digital, ficará concluída até ao final do primeiro trimestre de 2026.

Portanto, o Governo está a dar os passos a que se propôs e a cumprir com aquilo que é, naturalmente, o nosso propósito.

Em relação à ANF (Associação Nacional de Farmácias) e à ferramenta que a Sra. Deputada falou aqui, quero-lhe dar nota que, infelizmente, a DRS (Direção Regional de Saúde) não tem os recursos que o INFARMED (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde) tem e isso é uma dificuldade que nós temos na Região.

Desde já, aquilo que é feito com os recursos humanos disponíveis na DRS é, em relação aos custos: tentar estudar a evolução dos custos, comparativamente à Região Autónoma da Madeira, a Portugal Continental e a todo o resto do mundo. Efetivamente, essa comparação é feita.

A ANF tem-nos disponibilizado os valores e posso dizer-lhe que o aumento de despesa que se assiste na Região está em consonância com aquilo que se passa em todas as regiões, ou seja, há efetivamente um aumento de despesa que está associado a um aumento dos custos dos medicamentos e isso a Região tem de pagar.

Posso dar-lhe nota que, efetivamente, até agosto de 2025, a Região pagou 43 milhões de euros.

Portanto, essa é uma despesa que nós temos, efetivamente, de cumpri-la para que os nossos utentes continuem a ter acesso à medicação e não vamos abdicar naturalmente dessa premissa que temos de fazer.

Em relação a outras considerações que foram aqui feitas pelo Sr. Deputado José Toste, eu tenho a dizer que e o Sr. Deputado, não me conhecendo bem, mas pela minha postura, já percebeu que eu não sou uma pessoa resignada...

Deputado José Miguel Toste (PS): Está cada vez mais! Não era, mas está cada vez mais!

A Oradora: ... o seu adjetivo em nada a mim me caracteriza.

Portanto, deixe-me dar nota que, sim, aumentou o tempo médio de espera.

E porque é que aumentou?

Vou dar-lhe três motivos para ter aumentado:

Desde já, no dia 4 de maio de 2024, aconteceu o quê? Um incêndio na Região Autónoma.

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas aumentou na Horta e aumentou na Terceira!

A Oradora: Vou dizer-lhe: sabe porque é que aumentou na Horta? Sabe porque é que aumentou na Terceira?

Então, vamos lá:

Sabe o que é que aconteceu no Bloco Operatório da ilha Terceira? O Bloco esteve fechado para obras.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é resignação.

A Oradora: Sabe porquê, Sr. Deputado?

Porque a obra do Partido Socialista no hospital novo veio revestir o chão do Bloco com material de teto. Sabe o que é que aconteceu ao chão? Levantou todo. Portanto, o Bloco teve de parar...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputado José Miguel Toste (PS): E a manutenção?

A Orada: ... para que o chão do fosse devidamente corrigido e o mesmo está a acontecer no restante do hospital.

Efetivamente, é um hospital que tem estado sempre em obras, porque (pasme-se!) o material escolhido pelo Governo do Partido Socialista para revestir o chão do hospital foi o material escolhido para teto e para a parede. Portanto, teve de se fazer uma obra.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Os senhores nem sequer conseguem distinguir o chão do teto? Que horror!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretária Regional.

A Oradora: Em relação ao Hospital da Horta, fez-se naturalmente uma obra no Bloco, para quê? Para corrigir um sistema de ventilação que funciona há mais de 20 anos, Sr. Deputado.

Onde é que estava o Partido Socialista para fazer essas obras nos hospitais da nossa

Região e melhorar as condições do Bloco? Não estava. Teve de ser o Governo da coligação. Que chatice, Sr. Deputado! Que chatice!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sra. Secretária Regional, tem de terminar.

A Oradora: Em relação às promessas, e para terminar, deixe-me só dar nota do seguinte: na Unidade Coronária, sendo necessário fazer obras — inclusive houve um Grupo Parlamentar que já teve a oportunidade de visitar o hospital — as obras estão a acontecer. As últimas informações que tenho, do Conselho de Administração, é que a partir do dia 1 de dezembro...

Presidente: Sra. Secretária, se não terminar, eu vou tirar-lhe o som.

A Oradora: ... prevê-se que a Unidade Coronária entre em funcionamento.

Para terminar, em relação ao programa funcional, o Sr. Deputado teve acesso aos dois. Até à data, nós desconhecemos qual é a escolha do Partido Socialista relativamente ao futuro do HDES.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora criou uma equipa e nós é que decidimos!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Salomé Matos** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política aqui trazida pelo CHEGA é, antes de mais, uma oportunidade; uma oportunidade para falarmos de um tema que é sensível, que nos diz respeito a todos:

identificar, naturalmente, aqueles que são os aspetos críticos e melhorar, mas também a oportunidade para reconhecer aquilo que tem vindo a ser concretizado.

De facto, também gostaria de enaltecer aquela que foi a perspetiva positiva com que o CHEGA aqui apresentou esta declaração política.

O mesmo já não posso dizer das intervenções que se seguiram que, na senda daquilo que é habitual, só veem "o copo meio cheio".

Este é um tema que nunca esgotaremos. Poderíamos falar de saúde em todos os momentos. Eu diria que falar sobre saúde é fácil e difícil: fácil, porque, de facto, em virtude daquela que tem sido a conduta deste Governo, há muitos resultados a apresentar (eu vou aproveitar talvez aqui para recordar alguns); e difícil porque, de facto, por muito que façamos, efetivamente, temos sempre dificuldade de suplantar aquilo que são as expetativas das pessoas, porque hoje a oferta gera procura, o bom desempenho intensifica aquilo que é a expectativa da população.

Falar sobre saúde também não pode ser só ir ao ChatGPT consultar. É preciso perceber o porquê das coisas.

A Sra. Secretária aqui, por exemplo, elencou algumas variáveis que são determinantes para aquilo que é a interpretação dos números, porque ninguém se pode sentar por detrás de uma secretária só a interpretar, "de forma nua e crua", os números.

Como sabemos, e é o desejável, a cada dia descobrem-se técnicas inovadoras, há novas *guidelines*, são comercializados novos fármacos e — ainda que eu perceba, vindo do Bloco de Esquerda, que nunca teve a oportunidade de governar, não conhece estas dificuldades — o Partido Socialista governou tantos anos, não se surpreenderá com nada do que eu aqui digo.

Deputado José Pacheco (CH): Acabámos de saber que há um problema no chão!

A Oradora: A contratação de profissionais é difícil, a formação de novos profissionais é demorada, a consolidação de programas é demorada, principalmente aqueles que dependem de novos hábitos de vida, rotinas, estilos de vida.

Aproveito para deixar uma nota positiva àquele que tem sido o empenho do Governo na

implementação de vários programas no âmbito do Programa Regional da Saúde, que pretendem colmatar aquilo que é o combate ao tabagismo, à doença oncológica, fomentar uma vida saudável. Portanto, os senhores nunca são capazes de dar uma nota positiva a propósito do que o Governo faz.

Ainda a propósito das expectativas (e este também é um aspeto que os senhores consultam tanta literatura e também não a referem), gostava de dizer que dados conhecidos do INE (Instituto Nacional de Estatística), ainda do primeiro semestre deste ano, dizem que "em 2024, 58,3 % da população avalia o seu estado de saúde como bom ou muito bom", o melhor resultado dos últimos 20 anos (muito acima, o melhor resultado). Mais de metade da população considera ter um estado de saúde bom.

Isto reflete bem aquela que é a perspetiva da população.

O Sr. Presidente do Governo teve, aqui, ontem, a oportunidade de dizer — e os senhores alegam assimetria de números, a assimetria de informação — que a cobertura de médicos de família nunca foi tão alta.

Deputado António Lima (BE): Onde é que isso está?

A Oradora: Dou-lhe o exemplo do Faial, que tinha uma cobertura de 66 %. Neste momento, está a abeirar os 80 %.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A saúde não é só hospital!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Isso é notório e sentido na realidade.

Até me admira, hoje, não se ter falado de enfermeiros, porque nesta Casa só se fala de enfermeiros para dar a entender que os enfermeiros são uns desgraçadinhos, que o Governo não lhes paga e que são o fim de linha.

Eu gostava de falar de enfermeiros pela positiva. Dizer outro exemplo, daquele que é um trabalho eficaz, eficiente e silencioso.

As campanhas de vacinação que estão a decorrer, ano após ano, ao cuidado das unidades

de saúde de ilha, levam-se a cabo com quê? Com organização, com planeamento, com profissionalismo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Temos mais consultas médicas. Meus senhores, se há mais consultas, naturalmente, há mais propostas de intervenção cirúrgica.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Relativamente às consultas de enfermagem, muito brevemente, dizer que os senhores nunca foram capazes...

(Apartes inaudíveis)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Claro, se aumenta o diagnóstico. Já no vosso tempo era usado esse argumento!

A Oradora: Com dados conhecidos de agosto, relativamente ao ano transato, houve mais 25 % de consultas de enfermagem e elas têm um impacto naquilo que é a melhoria e os ganhos de saúde.

Sr. Presidente, termino já, dizendo apenas que, nos Açores, o Serviço Regional de Saúde e os seus protagonistas são os verdadeiros heróis, sem capa, na saúde. Não são os políticos que passam o dia de trás de um computador a somar e a subtrair, porque na saúde é preciso muitas vezes também semear para multiplicar e é o que este Governo tem vindo a fazer.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, vamos ter de fazer um intervalo, neste momento.

Regressamos às 11 horas e 40 minutos.

Eram 11 horas e 09 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 43 minutos.

Estávamos no âmbito da declaração política do Grupo Parlamentar do CHEGA. Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Não existindo, dou a palavra à Sra. Deputada Hélia Cardoso para encerrar a declaração política.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, sinceramente eu não acredito que a falta de informação seja uma vontade declarada de nos manter na ignorância. Não acredito, sinceramente, que, no séc. XXI, o Governo tenha essa postura.

Há aqui mais uma inércia dos serviços públicos. Há a complexidade das unidades de saúde: os hospitais, por natureza, são as entidades mais complexas que existem de gerir...

Deputado António Lima (BE): Não é só nos Açores!

A Oradora: ... em qualquer lugar do mundo.

Exato! Não é só nos Açores, é em qualquer lugar (os hospitais públicos, por maioria de razão).

Aqui, a única questão, é: os conselhos de administração dos hospitais são nomeados pelo Governo e o Governo tem de pedir responsabilidades. Se eles não dão a informação a

tempo e horas, tem de o exigir.

Há um outro instrumento que é a contratualização, que tem sido usada, mas, na minha opinião, não na sua plenitude. Um dos instrumentos seria, no processo de contratualização, definir aos hospitais e unidades de saúde: vocês têm x se fizerem uma determinada produção e se nos derem os dados na data tal; se cumprirem têm x + y enquanto não mandarem os dados têm só x. A "cenoura" funciona em todas as áreas.

O PS, concretamente o Sr. Deputado José Toste (e a Sra. Deputada e enfermeira Salomé) teve o cuidado de referir que o aumento das listas de espera, por si só, não é um facto negativo. Resulta, na maior parte das vezes, do aumento da atividade na consulta, que depois gera mais cirurgia, mais meios complementares de diagnóstico.

O problema é o aumento da demora média de espera.

Foi também aqui referido, pela Sra. Secretária, que, no tempo do Governo do PS, houve um grande projeto, que era um sistema centralizado de informação, cujo objetivo era aferir o custo unitário de cada doente tratado.

Era um projeto ambicioso. Efetivamente correu mal e, por consequência, na altura, as unidades de saúde esperaram tanto por resultados e eles não apareceram — houve processos em tribunal — e tiveram de ir, cada um, ao mercado resolver o seu problema, que foi procurar sistemas de gestão de informação e hospitalar.

Agora temos esta situação em que é difícil compatibilizar todos estes sistemas que existem nas unidades de saúde.

Só que pela informação que eu pude obter temos, para este MUSA, 3 milhões e meio, desde 2023.

Será que as empresas que contrataram por 3 milhões e meio não conseguem pôr estes sistemas informáticos a funcionar e a falar, entre si, mais cedo? É esta a minha questão.

Efetivamente, Sra. Deputada Salomé, quando eu trouxe este tema aqui não foi como arma de arremesso, não foi por questões políticas. Foi como interesse genuíno para que o Serviço Regional de Saúde funcione melhor com os recursos que tem. Sim, foi uma oportunidade para falarmos no assunto.

A Sra. Secretária, quando interveio, disse que eu tinha feito afirmações. Eu não fiz afirmações. Eu coloquei questões para saber, genuinamente, qual é o ponto de situação do MUSA, dos indicadores e do sistema de conferência de faturas.

Quanto ao sistema de conferência de faturas, que foi a última questão que eu referi, a Sra. Secretária informou-nos que a despesa anual são 40 milhões com os medicamentos prescritos por farmácia e que não há recursos para tirar partido da informação que lá existe, que estão a comparar a despesa e ela aumenta em função do preço dos medicamentos.

Senhores, não sabemos! Não sabemos se é porque os medicamentos aumentaram, se é porque o consumo aumentou. Não sabemos!

Enquanto não olharmos para os dados, não temos essa informação.

Na altura da SAUDAÇOR — eu falo da SAUDAÇOR, porque lá trabalhei — havia só uma farmacêutica, com uma equipa de duas administrativas e conseguiram fazer a análise.

Deputado Carlos Silva (PS): Oh, pá! Afinal a SAUDAÇOR serviu para alguma coisa!

A Oradora: Se a Direção Regional de Saúde não consegue com os técnicos da área de farmácia que tem, recorra aos hospitais, aos centros de saúde, trabalhe em equipa.

Temos farmacêuticos, no nosso Serviço Regional de Saúde — e o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda referiu que se gaste mais 3 ou 4 mil; não é preciso gastar mais 3 ou 4 mil, é só rentabilizar os recursos que nós temos — , que podem extrair informação útil deste sistema e, se calhar, os 40 milhões já descem para 38.

Temos uma outra componente que são os psicotrópicos. Atualmente, suspeita-se que há prescrição a mais de psicotrópicos, vulgo, a matéria-prima para as drogas. É uma forma de vigiar esta questão. Isto é muito sensível.

Quanto aos indicadores: porquê esta relevância para os indicadores? Eu, enquanto utente, se sou referenciada para uma consulta, sei lá,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Já vou terminar, Sr. Presidente.

... se tiver a oportunidade de ir ao portal e ver que a demora média são, por exemplo, 3

meses, pronto ficaria informada – olhe, vou esperar 3 meses. Neste momento não se sabe. Não se sabe se são 3 meses, se é uma semana. Porquê? Porquê esta falta de informação? É o medo da comparação entre hospitais, olharmos que a cardiologia em Angra demora *x* na Horta demora *y*? Bem-vindos ao mundo real do séc. XXI.

Todos somos sujeitos a avaliação (nós aqui estamos a ser filmados), o nosso trabalho está a ser avaliado. Porque é que há profissionais que não podem ou fogem a essa avaliação? Voltando ainda às listas de espera.

Presidente: Sra. Deputada, tem de terminar.

A Oradora: Eu sei. Já vou terminar.

As listas de espera são importantes, mostram a quantidade de tempo em que o utente vai ver o seu problema resolvido e porque existe esta lista de espera é que nós defendemos o "Cheque Saúde", porque o utente está lá *x* tempo à espera. Ao menos tinha uma solução. Em vez de ficar indefinidamente pendurado no sistema, poderia resolver o seu problema através do "Cheque Saúde".

Obrigada, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está encerrada esta declaração política. Avançamos a próxima, que é do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O futuro da ilha Terceira, e com ela as ilhas do Grupo Central, depende, antes de mais, da qualidade de vida de quem aqui vive e trabalha.

As acessibilidades são um fator decisivo para garantir melhores condições para as famílias, para os jovens que aqui constroem o seu futuro e para os empresários que aqui investem.

Melhorar a mobilidade e reforçar a ligação com o exterior é investir nas pessoas e na sua prosperidade.

A conectividade da ilha Terceira com o exterior é essencial para todos os açorianos residentes, comerciantes e produtores locais e, naturalmente também, para os turistas que nos visitam.

É neste sentido que o Governo Regional dos Açores tem trabalhado.

Exemplo disso é a criação do programa de incentivos à captação de novas rotas aéreas para o Aeroporto das Lajes e a instalação da nova estação meteorológica automática, cujo objetivo é claro: criar oportunidades, melhorar a segurança e bem-estar para quem viaja para a ilha Terceira.

Sras. e Srs. Deputados, estas medidas fazem parte de uma política integrada que procura reforçar a atratividade da ilha Terceira e do Grupo Central e garantir que os açorianos destas ilhas têm as mesmas oportunidades que os das restantes.

Por um lado, os incentivos às novas rotas aéreas colocam finalmente o Aeroporto das Lajes em igualdade de circunstâncias com outros aeroportos da Região e nacionais, explorados pela ANA Aeroportos. Esta é uma medida de justiça para a Terceira: 100 % de isenção de taxas ao passageiro no primeiro ano; 75 % no segundo e 50 % no terceiro.

Cria-se, assim, um ambiente favorável para que as companhias aéreas apostem na ilha e abram novas ligações regulares, aumentando a mobilidade de quem aqui vive e trabalha.

Por outro lado, a nova estação meteorológica automática, um investimento superior a 733 mil euros, representa uma transformação tecnológica profunda na infraestrutura aeroportuária, com sensores de última geração, monitorização contínua e dados em tempo real, reforça-se a segurança, a eficiência e a fiabilidade das operações aéreas, através de um protocolo com a Força Aérea, constituindo uma vantagem direta para os passageiros, para a economia local e para as companhias aéreas que escalam o Aeroporto das Lajes.

Estas medidas são parte de uma estratégia concertada: aumentar a conectividade, reforçar a segurança e elevar a competitividade da Terceira; são avanços que servem, em primeiro lugar, as pessoas e, como resultado natural, fortalecem também a economia e o turismo.

O turismo é, atualmente, um dos motores da nossa economia, mas o turismo só cresce, de forma sustentável, quando quem cá vive tem condições para o receber.

A ilha Terceira tem tudo para continuar a crescer neste setor: paisagens únicas, história, património mundial, uma cultura vibrante, festas autênticas, gastronomia, vitivinicultura. Falta garantir que o mundo nos consegue encontrar e chegar com mais facilidade, segurança e regularidade.

Cada novo voo significa mais emprego para os nossos jovens, mais rendimento para as famílias, mais dinamismo para as empresas locais; cada melhoria nas infraestruturas representa mais confiança para investir e mais qualidade de vida para os terceirenses.

Por isso, o CDS-PP enaltece o trabalho determinado e consistente da Vice-Presidência do Governo Regional.

Não se trata de políticas de ocasião, mas de uma visão sustentada que articula transportes, segurança aeronáutica, investimento e desenvolvimento económico.

Os Açores afirmam-se no mundo quando cada ilha se afirma dentro da Região.

Não se trata de privilégios para esta ou para aquela ilha e muito menos para a ilha Terceira, mas a criação de igualdade de oportunidades e estas decisões mostram que, com coragem política, é possível trazer resultados concretos para as pessoas, para as famílias e para o futuro da nossa ilha e, consequentemente, para a nossa Região dos Açores.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Basicamente concordamos com muita coisa que foi aqui dita, só o que achamos estranho é que foi preciso ser a Terceira a única ilha a afundar, em termos turísticos, para o Governo agora arranjar soluções. Quer dizer "o doente tem de estar ligado às máquinas dos cuidados intensivos para o médico aparecer lá". É nesse sentido que estranhamos isso tudo. Esperemos que dê resultados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP traz-nos não só uma declaração política laudatória das capacidades de intervenção do SR. Vice-Presidente do Governo na governação dos Açores (não se esperava outra coisa), mas traz-nos uma declaração política que nos deixa algumas preocupações.

Desde logo, porque fala-nos do esforço da Aerogare Civil das Lajes, na isenção de taxas, cuja correspondência, na diminuição das tarifas da TAP e da SATA, não existiu.

Desde logo, porque o CDS-PP anunciou, há bastante tempo, uma intervenção na Aerogare Civil das Lajes, até uma nova Aerogare Civil das Lajes, uma ampliação significativa da mesma, que está por fazer.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Trinta mil metros quadrados!

O Orador: Nós nunca mais soubemos nada disso.

O que é feito, por exemplo, de uma velha promessa do CDS-PP, sobre a iluminação dos aeródromos dos Açores, para facilitar as viagens depois do pôr do sol?

Ora, é fácil vir afirmar a centralidade, para não dizer o centralismo, da ilha Terceira, no Grupo Central (porque, de facto, é disso que se trata, é de uma tentativa de centralismo, à boa maneira das velhas capitanias gerais que aqui tratamos), mas para isso era preciso que os resultados fossem outros.

E os resultados não são aqueles que se esperavam, porque, apesar de todos esses esforços, os números (e há aqui, nesta Casa, muita gente que gosta de recorrer aos números), o que nos dizem é que a ilha Terceira diminuiu do ponto de vista da receção, por exemplo, de passageiros oriundos do estrangeiro, apesar do esforço financeiro significativo que, por exemplo, a Azores Airlines fez nesta matéria e que terá contribuído, certamente, aliás, como é notório e conhecido de um estudo publicado há pouco tempo por uma entidade internacional — não fomos nós que inventamos — de que as rotas que foram inventadas, para tentar resolver esse problema, afundaram um pouco mais a nossa Azores Airlines.

Portanto, eu acho que o CDS-PP deveria ter tido algum pejo em trazer aqui este assunto, porque este assunto não é bom e nada traz de bom para o Governo Regional dos Açores nesta matéria, bem pelo contrário: resume bem, quando o esforço financeiro da Região é feito no caminho errado, dando resultados, eu diria, miseráveis, é um esforço que todos os açorianos vão ter de fazer, que não tem resultados.

E isto contribui bastante para aquela preocupação que todos nós temos com a despesa pública e o investimento: a despesa de capital, que não tem retorno.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não poderia estar mais de acordo com aquela que foi a declaração política trazida aqui pelo CDS-PP;...

Deputado Francisco Lima (CH): Muito bem!

O Orador: ... não obstante, ela evidencia aquilo que é a divisão dentro deste Governo,...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não diga isso.

O Orador: ... uma divisão que em nada abona em favor da Terceira, pelo contrário.

O trabalho que foi aqui elogiado por parte da Vice-presidência é um trabalho que depois não tem reflexo nos dados que nós temos em relação às dormidas.

A ilha Terceira desce em número de dormidas, quando toda a Região aumenta no número de dormidas. E desce no número de dormidas em plena época alta, ou seja, é no pico da época alta que a ilha Terceira regista quebras.

Não estamos a falar da época baixa, não estamos a falar naqueles períodos em que tradicionalmente a ilha Terceira teria menos turismo, estamos a falar no momento do pico do turismo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chama-se a isso distribuição.

O Orador: ... na ilha Terceira, e o resultado daquela que tem sido a política, não sei se deste Governo, se do Sr. Vice-Presidente, se da Sra. Secretária Regional, mas a verdade é que, independentemente dos responsáveis, o responsável último é o Governo, e os resultados para a ilha Terceira são absolutamente negativos em plena época alta.

O CDS-PP que sempre se caracterizou por ser um partido defensor da ilha Terceira, vê, no momento em que chega ao Governo, que tudo o que devia defender na ilha Terceira, acaba por sair da ilha Terceira.

Isto é o grande problema desta declaração política, é, por um lado, evidenciar um Governo dividido e, por outro também, demonstrar que o CDS-PP, enquanto partido defensor da Terceira, é totalmente incapaz de defender esta ilha quando está no Governo.

Quando estava na oposição, nós sabemos qual era o discurso;…

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É o mesmo!

O Orador:…no Governo é incapaz de cumprir aquelas que foram as suas promessas quando estava na oposição.

A centralidade da Terceira tem sido absolutamente colocada em causa pelas políticas deste Governo Regional e o CDS-PP é cúmplice nesta reversão.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Que exagero.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ainda bem que concorda com a declaração política! Nem quero imaginar o que diria se não concordasse!

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Relativamente ao investimento na Base das Lajes, até ao momento, o que se verifica é uma nova porta que raramente é utilizada para embarques.

Portanto, o Partido Socialista subscreve na íntegra aquela que foi a declaração política, no entanto, são parcos os resultados.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Gomes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma aerogare civil, ou um aeroporto, é uma infraestrutura muito importante para o desenvolvimento económico de um país, de uma cidade, de uma região ou de uma ilha, quer em termos de acessibilidade das pessoas que lá vivem, como também para o crescimento e desenvolvimento do turismo.

Havia um antes e há um depois de 2020, relativamente ao setor do turismo; um antes da responsabilidade do Partido Socialista, que não teve uma visão para o crescimento económico do turismo, não teve uma visão de criação de riqueza através do turismo.

Deputado José Miguel Toste (PS): Enquanto a bicicleta andou sem pedalar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E há um depois com este Governo de coligação, que, através de várias medidas que têm sido implementadas nos últimos 5 anos,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não me lembro de nenhuma!

Deputado Carlos Silva (PS): Quais foram as grandes medidas, nos últimos 5 anos, para o turismo?

O Orador: ... o turismo realmente explodiu e agora não tem nada a ver com os números que eram apresentados pelo Partido Socialista, no tempo na sua governação.

Falo de melhoramento de infraestruturas ou, por exemplo, da Tarifa Açores, que o Partido Socialista era contra, dizia que era ilegal e que não era possível.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado José Miguel Toste (PS): Isso não tem relevância nenhuma!

O Orador: Vou dar dois exemplos da falta de visão do Partido Socialista, quando era Governo, relativamente ao turismo nos Açores e na ilha Terceira.

Deputado José Miguel Toste (PS): O senhor está resignado!

O Orador: Convém sempre lembrar que o Presidente do Partido Socialista Açores, no passado, afirmou, categoricamente, que era contra a liberalização do espaço aéreo dos Açores. Isto tem de ser lembrado muitas vezes para que os açorianos nunca se esqueçam.

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas quem é que liberalizou?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): O PSD, Sérgio Monteiro!

O Orador: Depois, de analisar aquilo que foram as obras de requalificação da Aerogare Civil das Lajes, olhando para as obras que foram feitas e para a infraestrutura que temos lá agora, não é de alguém que queria que o turismo crescesse na ilha Terceira. É uma obra mal pensada, sem qualquer tipo de pensamento de crescimento do número de passageiros que poderia acontecer na Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Basta ver a sala do *check-in* mal concebida, um aperto enorme e o espaço de entrada de controle dos passageiros, entre muitas, muitas outras coisas.

E se for falar de outras ilhas, por exemplo, na ilha Graciosa, na sala de embarque, nem cabem os passageiros todos de um Dash 400.

Portanto, a Aerogare Civil da ilha Terceira foi concebida para aquilo que acontecia antes de 2020, que era termos meia dúzia de voos...

Deputado José Miguel Toste (PS): Meia dúzia de voos? Este inverno ainda vamos ter menos!

O Orador: ... e aquela infraestrutura era suficiente.

Portanto, este Governo Regional tem vindo a implementar uma série de intervenções pontuais…

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são as medidas de fundo? Estrutural?

O Orador: … para mitigar os constrangimentos que existem na Aerogare Civil das Lajes e temos já em andamento um projeto que dará a dimensão que a ilha Terceira merece.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José Miguel Toste (PS): Sem turismo!

O Orador: Já que estamos a falar também da Aerogare Civil das Lajes, e porque recordar é viver, falar também um pouco da construção do terminal de cargas da ilha Terceira, em que no dia da inauguração diminuiu a capacidade de armazenamento, a operação de carga e descarga era feita ao sol e à chuva...

Deputado José Miguel Toste (PS): No dia da inauguração, o Sr. Vice-presidente esteve lá, bateu com a mão no peito e não se fez mais nada!

O Orador: ... a dificuldade de manobra no exterior, entre muitos outros condicionamentos que aconteceram na altura e que este Governo mais uma vez tem vindo a tentar resolver.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Mais uma.

O Orador: Portanto, Sr. Deputado José Miguel Toste, resultados negativos no turismo foram os que aconteceram até 2020. Isto sim, eram resultados negativos na ilha Terceira.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E aconselho, já que o Partido Socialista também gosta muito de papéis, a ler aquilo que são os números das dormidas na ilha Terceira, de janeiro a agosto de 2025, quase 410 mil dormidas, um crescimento de 2,3 %.

Obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição para participar nesta declaração política.

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Pinto, queria começar por me congratular com a sua declaração política, que vem pôr em evidência aquilo que tem sido o esforço conjunto deste Governo para desenvolver de forma harmoniosa e solidária toda a Região Autónoma dos Açores,

pondo mão àquilo que são os instrumentos que nós podemos controlar.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E aqui, e muito bem-dito, a Aerogare Civil das Lajes é a única em que a Região tem superintendência, capacidade de poder ter algumas políticas de promoção através da própria aerogare, contrariamente às outras *gateways*, que são todas elas da tutela da ANA/VINCI.

Não podendo ter instrumentos de promoção junto das outras *gateways* (temos o Pico também, certamente), temos na base das Lajes um potencial diferente, que tem de ser reconhecido por todos.

Portanto, tendo na Aerogare Civil das Lajes, e na ilha Terceira, um potencial de grande crescimento turístico, desde logo com uma oferta turística de grande qualidade, que eu quero aqui realçar — porque é para isso que nós estamos aqui, é para incentivar todos os privados, todos os empresários, que têm apostado no mercado, que tem neste momento elevadíssima qualidade de oferta —, temos de ir todos à luta para ter procura e estamos todos cá para isso. Não estão uns de um lado e outros do outro.

Estamos todos a trabalhar, em conjunto, para criar mais mercados emissores, atrair mais turistas, principalmente para onde ainda há grande potencial de crescimento. E a Terceira tem-no. E nós temos de zelar por isso e utilizar todos os instrumentos que estão à nossa disposição.

Portanto, melhorar as condições de funcionamento da Aerogare Civil das Lajes? Sim!

Criar condições de atratividade ao nível das taxas que estão à nossa disposição (nas de aterragem nós não podemos, mas as dos passageiros podemos) e atuar sobre elas? Sim, fizemos!

Melhorar condições de operacionalidade que estejam na nossa tutela? Também.

Portanto, tudo isso é normal ser feito.

É normal que o Governo se congratule com um conjunto de ações realizadas para promover o desenvolvimento e a promoção turística da ilha Terceira e nós estamos todos nesse barco.

Nós queremos promover ilha a ilha .

É preciso que não se esqueçam que o nosso Plano Estratégico e de *Marketing* dos Açores, para além de ser um documento bastante exaustivo e que, às vezes, nem toda a gente o conhece, tem princípio, meio e fim, tem uma estratégia — pondo aqui uma peça, amanhã nós sabemos esta peça de que conjunto é que vai fazer parte, porque há um plano estratégico — define que nós queremos turismo todo o ano em todas as ilhas. Esta é a grande frase.

Portanto, todo o ano, em todas as ilhas, é promover todas as ilhas de inverno; todo o ano, em todas as ilhas, é promover as ilhas que têm maior potencial para captar mais investimento. É normal que se faça isso na ilha Terceira.

É também normal que se faça isso na ilha do Pico, que também temos instrumentos para isso, mas também é verdade que o Pico ainda não tem a mesma capacidade de oferta que tem a ilha Terceira.

Portanto, tudo isto tem de ser conjugado, porque o pior que se pode fazer é defraudar as expectativas de quem nos visita.

Portanto, a Terceira tem todas as condições e estamos aqui a atuar e que não se diga que baixou, porque não baixou.

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas isso é o somatório! A comparação mensal: junho, julho e agosto!

A Oradora: As dormidas aumentaram, até agosto, 2,3 % — aliás, já foi dito aqui, portanto, só estou a corroborar e nem sequer estávamos combinados com isso — e os proveitos aumentaram 5,3 %, que é o melhor disto tudo.

Nós queremos sempre que os proveitos aumentem mais do que o número de dormidas ou o número de hóspedes, porque isso significa mais qualidade, mais rendimento, mais valor para a nossa economia.

Portanto, estamos todos no caminho certo, porque as dormidas nos Açores aumentaram 4,8 %, os proveitos aumentaram 10,48 % (portanto, o dobro do crescimento, o que é ótimo do ponto de vista da sustentabilidade, da rentabilidade, da criação de valor, da criação de

emprego, de condições para termos todos uma vida melhor) e a Terceira está a acompanhar esta evolução com 2,3 % e 5,3 %, também o dobro dos proveitos relativamente ao crescimento das dormidas, mas pode ir mais longe. Portanto, vamos incentivar isso.

A criação de uma rota internacional, o ano passado — pela primeira vez conseguimos europeia, da Delvaice, de Zurique — já trouxe resultados ao nível das estatísticas. Os internacionais cresceram. Nunca tinham crescido porque nem sequer havia praticamente internacional, a não ser da América do Norte.

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: Portanto, a partir daí, todo este processo está em marcha, mas não é um processo que se faça de um dia para o outro.

É um processo que se faz "pedra sobre pedra", trabalhando no sentido de todos, mas os Açores todos, caminharem neste sentido de criação de valor, de criação de riqueza, de aumento o turismo, mas sobretudo de aumento da receita do turismo.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição para participar nesta declaração política?

Pausa.

Creio não existir. Sr. Deputado Pedro Pinto, para encerrar a declaração política.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu compreendo que não é fácil a tarefa da oposição quando se está perante um Governo de coligação que está a trabalhar e está a entregar resultados.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, o que eu fui fazer àquela tribuna, através de uma declaração política, foi expressar os resultados do investimento neste ano de 2025 no Aeroporto das Lajes e, pelos vistos, isso deixou incomodados alguns deputados nesta bancada. Portanto, só posso concluir que o bem de alguns faz muito mal a outros.

Eu não compreendo como é que numa Região, uma Região que até é pequena, com um povo que é solidário entre si, nós não vemos os açorianos de uma ilha contra as outras ilhas.

O sucesso da Tarifa Açores expressa exatamente isso, que os açorianos gostam uns dos outros, independentemente da sua ilha. Há familiares espalhados por diversas ilhas, mas chegamos aqui ao Parlamento e parece que estamos uns contra os outros. É incompreensível, Srs. Deputados.

Eu também não esperava que fossem todos aplaudir e dizer que: "sim senhor, muito bem, este Governo está a fazer muito bem e agradecemos". Também não esperava. O vosso papel da oposição também não é fácil e, portanto, é um equilíbrio difícil, mas ao ponto de argumentarem que o Governo está completamente dividido... bom, acho que a intervenção da Sra. Secretária dos Transportes deita por terra todo esse argumento.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Para já, a Sra. Secretária não é do meu partido.

Dá para perceber que o Governo está em sintonia na implementação das medidas. Portanto, há um acordo ao nível do Conselho de Governo. O Governo é composto por três partidos e os três partidos estão apostados em congregar as melhores medidas possíveis ao seu alcance para melhorar a vida dos açorianos. E agora digam-me, eu li o seguinte: Finalmente, o aeroporto das Lajes está em igualdade de circunstâncias com outros aeroportos da Região, e nacionais, explorados pela ANA Aeroportos, ou seja, esta empresa privada negoceia com as companhias aéreas isenções e reduções de taxas para captar voos/rotas para os aeroportos que explora. O Aeroporto das Lajes acabou de fazer algo semelhante. Isto não é bom para os Açores? Não é bom para os Açores?

Se o aeroporto das Lajes não fosse gerido pelo Governo, mas fosse gerido pela ANA Aeroportos, se calhar já tinha há muito tempo, há muitos anos, esse tipo de promoção.

Mas no passado, nunca ninguém fez. Foi agora com o governo de coligação com o PSD, o CDS-PP e PPM, que isso foi feito, mas pelos vistos isso incomoda.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Incomoda que se promova rotas para a ilha Terceira.

Srs. Deputados, nós ficamos muito felizes, porque significa que haverá mais gente a vir, para os Açores, ainda por cima quando estamos a finalizar, estamos a sair do verão, verão esse que foi cheio de notícias sobre o congestionamento da aerogare de Ponta Delgada.

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas, este ano, também houve notícias da diminuição das dormidas na Terceira.

O Orador: Ora, se não se encontrar alternativas de escoamento dos passageiros, qualquer dia os Açores ficam entupidos. Isto significa que o Governo está atento, está focado na diversificação das rotas e na diversificação das ligações, porque um passageiro que chega aos Açores, seja a Santa Maria, seja a Ponta Delgada, à Terceira, ao Pico, ao Faial, está a chegar aos Açores, mas pelos vistos, Sr. Deputado Nuno Barata, isto deixa muita gente, ou alguns deputados, incomodados. A nós, apraz-nos muito.

Relativamente à estação meteorológica, a estação meteorológica foi aprovada no último orçamento.

Está a fazer 1 ano que este Parlamento aprovou esse investimento. Está concretizado.

Portanto, não percebo como é que é possível dizer que demorou imenso tempo.

Ainda há 1 ano, estávamos a debater essa questão, aprovámos (houve quem tivesse votado contra), está implementada.

Neste momento, a Força Aérea, que é quem faz o controlo de tráfego aéreo no aeroporto das Lajes, consegue fornecer dados meteorológicos ao instante, certificados de acordo com as normas da ICAO (International Civil Aviation Organization - Organização da Aviação Civil Internacional), que são as normas da aviação civil.

Até à entrada em funcionamento desta estação, os dados meteorológicos que eram

fornecidos não eram ao instante e também não eram de acordo com a certificação da ICAO, porque eram dados meteorológicos militares e, portanto, neste momento, aquele que foi o processo de certificação civil do Aeroporto das Lajes iniciado pelo Partido Socialista, teve agora um complemento com esta estação meteorológica que faltava.

Este Governo complementou um trajeto de certificação começado no passado. Portanto, nós não conseguimos compreender tanta crítica.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está assim encerrada esta Declaração Política.

A próxima declaração política era do PPM que prescinde.

Passo a palavra ao Sr. Deputado António Lima para fazer a sua declaração política.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração ao Código de Trabalho conhecida como Trabalho 21, apresentada pelo atual Governo da República da AD, representa um dos mais profundos retrocessos sociais e laborais das últimas décadas.

Sob o pretexto de modernizar e flexibilizar as relações laborais, o Governo da República apresentou um anteprojeto, que é um regresso ao passado.

Desregula, precariza e fragiliza direitos fundamentais dos trabalhadores.

Comecemos pela forma.

Esta proposta surge sem debate público substancial, sem anúncio prévio em campanha eleitoral.

É uma reforma que foi escondida dos eleitores e, por isso, é marcada pela opacidade, pela

ausência de diálogo.

No conteúdo, o anteprojeto ataca pilares centrais do direito do trabalho consagrados na Constituição da República Portuguesa.

O artigo 53.º da Constituição, que garante a segurança no emprego e proíbe o despedimento sem justa causa, é esvaziado quando se facilita a externalização de atividades após despedimentos coletivos e se alarga a contratação a termo, institucionalizando a precariedade como norma, sobretudo para jovens e desempregados.

O contrato por tempo indeterminado, que deveria ser a regra, passa a ser exceção, criando uma geração de trabalhadores permanentemente vulneráveis. A reintegração após despedimento ilícito, até agora um direito fundamental, é transformada numa exceção. O empregador pode opor-se à reintegração em praticamente todos os casos, convertendo o despedimento sem justa causa numa mera questão de indemnização.

Esta solução, além de inconstitucional, agrava o desequilíbrio de poder entre empregador e trabalhador e compromete a coesão social.

No domínio da conciliação entre vida, profissional e familiar, o anteprojeto limita direitos como o luto gestacional e o horário flexível para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares.

Estas alterações ignoram recomendações científicas internacionais e da própria Direção-Geral da Saúde e penalizam, sobretudo, as mulheres e as famílias mais vulneráveis.

O Estado, em vez de proteger, desconfia e restringe, promovendo uma lógica de suspeição e desconfiança sobre quem mais precisa de apoio.

A proposta enfraquece ainda a contratação coletiva, facilitando a caducidade das convenções, eliminando mecanismos de arbitragem obrigatória.

Ao mesmo tempo, alarga o conceito de serviços mínimos obrigatórios, restringindo o direito à greve e esvaziando o seu conteúdo constitucional.

Os sindicatos veem o seu papel diminuído num claro ataque à democracia participativa no mundo do trabalho.

No que toca ao trabalho em plataformas digitais, o anteprojeto ignora a Diretiva Europeia

sobre a matéria e retrocede na proteção dos trabalhadores, dificultando o reconhecimento de vínculos laborais e promovendo a precarização num dos setores mais dinâmicos da economia.

Sras. e Srs. Deputados, esta proposta não é uma reforma para o séc. XXI, é uma contrarreforma que recupera receitas do passado, agravando a exclusão dos grupos mais vulneráveis e promovendo a desigualdade; não responde aos desafios do tempo presente; não valoriza o trabalho digno, não respeita a Constituição.

Por fim, é fundamental sublinhar que esta proposta de alteração ao Código de Trabalho terá um impacto ainda mais negativo nos Açores, onde as relações laborais já são marcadas por uma fragilidade estrutural; os baixos salários, a fraca taxa de sindicalização e a baixa formação geral dos trabalhadores tornam os açorianos particularmente vulneráveis a qualquer retrocesso nos direitos laborais.

Ao enfraquecer ainda mais a posição dos trabalhadores, esta proposta agrava desigualdades e perpetua precariedade, numa Região que já enfrenta desafios acrescidos face à enorme especialização de uma economia largamente dependente do turismo, atividade onde a precariedade é grande e os baixos salários predominam.

O Bloco de Esquerda está profundamente empenhado em lutar por avanços concretos nos direitos do trabalho, nos Açores e no país, como seja o alargamento do subsídio de alimentação a todos os trabalhadores do setor privado e não hesitaremos em combater, com determinação, qualquer ataque aos direitos laborais que afete os trabalhadores açorianos. Defendemos um futuro de trabalho digno, com justiça social e respeito pela Constituição para todos, incluindo e especialmente para quem vive e trabalha nos Açores.

O nosso compromisso é com um direito do trabalho equilibrado, justo e moderno, um direito do trabalho que proteja quem trabalha, que promova a coesão social, que valorize a negociação coletiva e que respeite a dignidade humana.

Reformar não pode significar desproteger.

Portugal precisa de uma reforma laboral, sim, mas de uma reforma que reforce os direitos sociais, que valorize as famílias, que respeite a Constituição e que prepare o país para os

desafios do futuro e não para os fantasmas do passado.

Por isso dizemos claramente: este anteprojeto não serve Portugal e não serve os Açores.

Não é um projeto para o trabalho para o séc. XXI, É um regresso ao passado e ao séc. XIX.

Não serve os trabalhadores, não serve a democracia e, por isso, merece a nossa mais firme oposição.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É engraçado que o Bloco de Esquerda diz que isto tudo é inconstitucional e que a anteproposta até parece que já foi aprovada, sem discussão, na Assembleia da República. É muito interessante. Está a assumir que esta maldade que vão fazer vai-se concretizar aqui num caos.

Ora, estamos numa economia competitiva, isto é o sentido das coisas. Há muita coisa aqui que, eventualmente, pode ser aperfeiçoada.

Eventualmente, o Bloco de Esquerda pode até criticar, mas há uma que me saltou à vista (porque eu não tenho tempo para falar em todas), que é a questão de restringir o direito à greve, nomeadamente em empresas públicas, o que é uma vergonha, e não é só nos Açores que isso tem acontecido. Aconteceu uma vez na SATA, com o Rali SATA Açores que a SATA fez greve. Mas há situações aqui que são de monopólios do Estado, nomeadamente dos transportes, em que essas empresas estão sempre em greve, sempre em greve, sempre em greve. Mesmo que se aumente salários, mesmo que se aumente regalias, estão sempre em greve. Porquê? Estão lá metidos os sindicatos comunistas e da área do Bloco de Esquerda e isso é uma vergonha que tem de acabar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É uma grande verdade!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor.
(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
A minha intervenção vai ser muito breve.
Eu não posso deixar de registar aqui o espanto por vir o Bloco de Esquerda fazer uma declaração com este teor, depois de ter despedido mulheres grávidas...
Deputado Francisco Lima (CH): Muito bem!
Deputado José Pacheco (CH): Bem lembrado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e Membros do Governo.

A Oradora: ... na Assembleia da República (e o senhor não está na Assembleia da República)...
Deputado Flávio Soares (PSD): Graças a Deus!
A Oradora: Eu bem sei que, durante algum tempo, a Deputada Mariana Mortágua precisava de alguém que a substituísse, porque demitiu-se de fazer qualquer debate, e o que me parece é que lhe mandou o texto pronto, porque, perdida a oportunidade por estar em Gaza, isso tinha de ser anunciado de alguma maneira e, então, pediu ao Bloco de

Esquerda nos Açores para vir aqui fazer este papel em relação às reformas do Código de Trabalho, Sr. Deputado António Lima.

E sabe, nós, nos Açores, e ainda bem, temos um Governo Regional que já anunciou uma nova subida, mas que, desde 2020, por exemplo (não estou a dizer que é isto que combate todas as medidas que o senhor falou ali) tem aumentado a remuneração complementar e agora, se não me falha a conta, já vai chegar aos 35 %.

E, portanto, vir aqui anunciar o caos, com um texto escrito pela sua líder partidária, que andava mais preocupada...

Deputado António Lima (BE): Não estava cá!

A Oradora: ... em ir numa flotilha para Gaza, porque não teve a oportunidade de o dizer na Assembleia da República, e usar o Parlamento dos Açores para mandar recados desta forma, depois de não adotar, internamente, no seu próprio partido o que o senhor apregoa cá fora — e coitados dos trabalhadores do Bloco de Esquerda — é não só uma vergonha.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Eduardo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Eduardo** (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política que o Bloco de Esquerda, hoje, nos apresentou sobre o anteprojeto da reforma da legislação laboral, lança-nos aqui algumas ideias e temos de corroborar com algumas delas.

Ou seja, esta anteproposta é um projeto ideológico e não técnico.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E o que temos não é ideológico?

O Orador: Este pacote legislativo surge como uma obsessão ideológica do executivo, mais preocupado em desfazer avanços conquistados com a agenda do trabalho digno...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... do que em construir soluções para os problemas reais do país.

A UGT (União Geral de Trabalhadores) já o classificou como um "ajuste de contas", com esta agenda, e a CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional) denunciou-o como um ataque a quem trabalha.

Deputado José Pacheco (CH): A greve é um ataque a quem trabalha.

O Orador: Esta anteproposta representa para os trabalhadores a precariedade e a fragilização dos vínculos. Este anteprojeto facilita a rotatividade laboral, alarga os contratos a termo e os de muito curta duração e reabre portas à terceirização após despedimento.

Estas medidas não promovem estabilidade, mas sim insegurança, especialmente entre os jovens que já enfrentam salários baixos e dificuldades de acesso à habitação.

Este anteprojeto promove o enfraquecimento da negociação coletiva e da ação sindical. A proposta limita o acesso dos sindicatos aos locais de trabalho, fragiliza o direito à greve e reduz o alcance da contratação coletiva.

A CGTP alerta para uma tentativa de colocar nas mãos das empresas o controle da organização sindical, o que representa um atentado à democracia laboral.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O António Lima é que lhe deu esse papel?

Deputado Flávio Soares (PSD): Como é que o Sr. Deputado teve tempo para escrever isso tudo? O senhor sabe muito!

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Isso foi combinado!

O Orador: Não foi, não senhora. Rapidamente se prepara uma intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olha, os seus colegas da UGT a chegar-se para o lado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Este anteprojeto representa um risco para aquilo que é a parentalidade e a igualdade de género, pois apesar de alguns avanços pontuais, como o reforço da licença parental — é verdade — o Governo introduz restrições à dispensa para amamentação e aleitação, gerando receios legítimos entre mães e pais.

Deputado Flávio Soares (PSD): A coligação de Ponta Delgada está a estender-se à Assembleia Regional!

O Orador: Movimentos cívicos denunciam um retrocesso nos direitos das famílias e alertam para o impacto negativo na conciliação entre a vida profissional e pessoal.

É um momento mal escolhido, diz a CGTP,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Continua! Unidade Sindical!

O Orador: ... e sublinha que esta reforma é uma reforma extemporânea e injustificada. Vivemos um período de instabilidade económica com o desemprego historicamente baixo. Não há qualquer pressão externa que justifique esta revisão profunda da legislação laboral, neste momento.

O que falta nesta proposta?

Faltam medidas para aumentar os salários e combater a pobreza laboral; faltam medidas para reduzir a jornada de trabalho; faltam medidas para reforçar a formação profissional; faltam medidas para regular as migrações laborais com justiça.

Deputado Flávio Soares (PSD): Se dúvidas houvessem sobre a coligação de esquerda...

O Orador: Esta reforma coloca em causa a conciliação da vida profissional e familiar e representa um recuo,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O António Lima é que lhe deu esse papel?

O Orador: ... de uma década em legislação laboral e o regresso à agenda da troika.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pausa.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do Governo Regional, nós queremos aqui realçar aqueles que...

Deputado Carlos Silva (PS): O José escreve mais depressa uma intervenção do que o Governo uma carta!

Aplausos da Deputada Andreia Cardoso (PS).

Deputada Andreia Cardoso (PS): Desculpe!

O Orador: Não faz mal!

Queremos aqui realçar aqueles que são os resultados que nós estamos a obter em matéria de emprego. Temos o maior número de empregados da história dos Açores; temos uma taxa de desemprego historicamente baixa; temos até falta de mão de obra na Região Autónoma dos Açores.

São resultados extraordinários que importa sempre referenciar, até porque são resultados que estão a beneficiar muito significativamente a nossa população.

Quero também dizer aquela que tem sido a estratégia do Governo, no âmbito do acordo tripartido entre o Governo e os diversos agentes, em que temos consensualizado as medidas que têm de ser implementadas na Região Autónoma dos Açores, também com sucesso, com um grau de consensualização que é importante para o mundo laboral. A concertação social é essencial e é isso que o Governo dos Açores tem vindo a procurar e a conseguir obter, com resultados económicos que são bastante significativos; através do crescimento económico, nós temos conseguido aumentar a nossa economia e também aumentar o rendimento disponível das nossas famílias e dos nossos trabalhadores.

Temos também, como sabem, investido no aumento do rendimento dos trabalhadores; também temos reforçado os apoios sociais e, por isso, esta é a conduta do Governo Regional nesta matéria.

É evidente que esta matéria está em discussão num órgão de soberania. É uma discussão importante, é uma discussão em que ainda existe um conjunto de negociações que estão a decorrer e a tentar obter a concertação social, que nós consideramos que é importante, que valorizamos e que estamos a obter na Região Autónoma dos Açores.

Por isso, a nossa perspetiva é esta: é de continuar, prosseguir os esforços de concertação social que estamos a desenvolver.

Não posso deixar de terminar esta intervenção, dizendo o seguinte: vi com surpresa, uma declaração do Partido Socialista, que é um regresso ao passado,...

Deputado Carlos Silva (PS): Um regresso à troika!

O Orador: ... um discurso encostado à extrema-esquerda, um discurso a defender…

Deputado Carlos Silva (PS): Não faz mal. Antes à extrema-esquerda do que à extrema-direita.

O Orador: …veja-se bem, algo que o Partido Socialista combateu sempre, que foi a unidade sindical, que é algo que o PCP sempre reivindicou e agora que o PCP está a desaparecer, parece que o Partido Socialista o quer substituir.

Não é bom substituir quem está a morrer eleitoralmente, exatamente porque não tem, em relação às suas ideias, ao seu projeto social e ao seu projeto político, aceitação.

Deputado Carlos Silva (PS): O PPM é que tem muita aceitação!

O Orador: Por isso, o povo não lhe tem dado esse respaldo e evidentemente é preocupante também, nos Açores, que o Partido Socialista tenha, neste momento, um discurso tão radical, que é um regresso à década de 70.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Carlos Silva (PS): O candidato Paulo Margato já saiu do Corvo ou não?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Temos de fazer a defesa da honra de Mário Soares!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao ouvir esta declaração política apresentada pelo Bloco de Esquerda, por momentos, pensei que já se tinha alterado as leis laborais no nosso país.

Ora, o que está a acontecer é uma proposta que o Governo da República fez e que está ainda em discussão com os parceiros sociais e só depois disso é que irá para a Assembleia da República para que os partidos analisem, façam as propostas de alteração que entenderem e aprovem o que entenderem aprovar, ou rejeitem o que entenderem rejeitar.

Ainda estamos no início de um processo, de uma caminhada. É tempo dos parceiros sociais se pronunciarem e negociarem as eventuais regras de alteração às leis laborais.

Portanto, achamos extemporânea esta proclamação que o Bloco de Esquerda veio aqui apresentar.

Obviamente, as leis laborais necessitam de ser adequadas aos tempos modernos. Todos nós reconhecemos que, depois da covid, a nossa postura mudou, perante o mundo, perante o trabalho; a nossa mentalidade mudou e, com isso, as regras também têm de se adequar a esta nova mentalidade. Também no mundo cada vez mais globalizado e onde a União Europeia está a perder caminho, do ponto de vista industrial e tecnológico, importa que as leis laborais não sejam um travão ao nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Não havendo, Sr. Deputado António Lima, tem a palavra para encerrar esta declaração política. Dispõe de 1 minuto e 58 segundos.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo a algumas das intervenções que seguiram à declaração política, tenho de começar por dizer (e começando pelo fim) que não é pelo facto de o processo legislativo não estar concluído, antes pelo contrário, é agora que a discussão deve ser feita. Não é quando a proposta estiver aprovada.

E, neste momento, em nosso entender, o debate é feito na concertação social, será feito na Assembleia da República e não há nenhum motivo para não ser feito aqui, porque, nos Açores, há trabalhadores, e esta lei diz-lhes respeito e irá afetar a sua vida. Por isso, não é extemporâneo, nem é deslocado. Este assunto diz respeito a todos os açorianos e açorianas que trabalham e às suas famílias.

Em segundo lugar, eu ouço tantas vezes o CHEGA a dizer que quer creches para quem trabalha, casas para quem trabalha e não sei mais o quê para quem trabalha, mas quando se fala de trabalho, o CHEGA está sempre do outro lado, está sempre contra os trabalhadores e contra os sindicatos.

Deputado José Pacheco (CH): Não! O senhor é que está.

Deputado Francisco Lima (CH): E os trabalhadores do Bloco de Esquerda?

O Orador: Na verdade, nunca defende quem trabalha e fica bem claro o que seria um possível futuro governo do CHEGA; sindicatos que tivessem socialistas ou comunistas eram para acabar, porque esta posição do CHEGA não quer sindicatos com socialistas ou comunistas. É a democracia que nos vem daquele lado.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, deixe-me dizer que a senhora concorre com André Ventura pelo maior número de mentiras por dia, porque aquilo que a senhora disse foram várias mentiras consecutivas.

Deputado Francisco Lima (CH): A Mariana só diz verdades!

O Orador: Porquê? A senhora, como não sabe falar deste assunto, resolveu fazer uma mera chicana política, acusando mais uma vez, falsamente, o Bloco de Esquerda de ter despedido grávidas. Isso é falso. Já o dissemos várias vezes e continuo a afirmar: houve a extinção de posto de trabalho e não havia nenhuma mulher grávida.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): As grávidas continuam a trabalhar?

O Orador: Por isso, eu esperava também um pouco mais do Sr. Secretário Regional que sobre o assunto em questão nada disse, nada tem a dizer o Governo Regional.

Fala do emprego nos Açores, mas não diz quais são as preocupações do Governo sobre esta reforma laboral; se é que o Governo tem preocupações, mas pelos vistos não tem.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Disse, disse!

O Orador: E a atual legislação do trabalho não precisa de retrocessos, precisa de avanços e ela não tem sido nenhum obstáculo à criação de emprego.

Como se vê, o emprego está em níveis bastante elevados no país. Não é o problema da legislação do trabalho. O que a legislação do trabalho impede é a maior compatibilização...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... da vida familiar com a vida profissional, maiores salários e reforço da negociação coletiva. É isso que é preciso reforçar na legislação do trabalho e não fazer o retrocesso que o Governo da AD pretende fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está assim encerrada esta esta declaração política.

Sra. Deputada Sabrina Furtado pede a palavra para?

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Defesa da honra.

Presidente: Para defesa da honra, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Creio que todos os debates que são desenvolvidos nesta Casa são feitos de forma salutar, saudável, até ao ponto que chegamos ao insulto pessoal.

Eu não consigo deixar passar em claro que eu nunca o adjetivei, Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Não! Disse que eu não escrevi o texto, o que é pior.

A Orador: E o que tenho aqui a registar, e por isso peço a defesa da honra, é que o Sr. Deputado António Lima diz que eu pareço o André Ventura e que sou mentirosa.

Portanto, eu não lhe admito, porque toda a gente sabe que, de facto, a Mariana Mortágua esteve numa flotilha a salvar Gaza e as grávidas do Bloco de Esquerda, que eram trabalhadoras, foram despedidas. Portanto, eu não lhe admito.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, pretende dar explicações? Faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou referir duas das mentiras que foram referidas na intervenção da Sra. Deputada Sabrina Furtado:

Primeira (e repetida agora): que o Bloco de Esquerda despediu grávidas. Mentira!

Tenho todo o direito a acusar e a salientar quando há uma mentira. Apenas o disse.

Segunda mentira: a Sra. Deputada Sabrina Furtado afirmou que eu não tinha escrito o texto.

Deputada Sabrina Furtado (PDS): Eu não disse isso agora. O que disse foi que a Mariana Mortágua estava a defender Gaza.

O Orador: Eu escrevi o texto e desafio a Sra. Deputada a provar que eu não escrevi o texto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração.

Sr. Secretário Regional, pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Chegou o carteiro!

O Orador: Não, não. O carteiro não chegou. O que chegou foi uma mensagem para aqueles que são os seguidores de *São Tomé*, que são muitos neste Parlamento e, portanto, que só acreditam quando têm a oportunidade de tocar e de ver.

Presidente: Sr. Secretário Regional, a interpelação é feita à Mesa.

O Orador: À Mesa, sim senhor, a Vossa Excelência, peço desculpa.

Estava aqui a ter algumas interrupções.

Vossa Excelência, como sabe, foi solicitada uma carta ao Governo e, inclusivamente, eu dei a minha palavra de honra de que ela existia e que tinha sido remetida para o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros. Fazendo prova e resguardando aquilo que é a palavra dada por parte do Governo dos Açores e a minha própria palavra sob palavra de honra,...

Deputado José Miguel Toste (PS): Qual foi a hora?

O Orador: ... aqui está a carta que vou entregar na Mesa e que prova que a carta existia e foi remetida para o Sr. Ministro.

Deputado Carlos Silva (PS): A que horas? E a data?

O Orador: Portanto, nada melhor do que provar que o Governo dos Açores diz sempre a verdade.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito bem, Sr. Secretário Regional.

Sras. e Srs. Deputados, atendendo ao nosso horário, creio que não será viável nós entrarmos numa nova declaração política.

Sendo assim, a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Sim, Sr. Presidente. Uma vez que já terminaram os trabalhos, sei que não é esta a figura regimental, mas é a forma que tenho, uma vez que este é o meu último plenário.

Gostaria de desejar ao Sr. Presidente da Assembleia, a todos os membros da Mesa, às Sras. e aos Srs. Deputados, aos Membros do Governo, a todos os funcionários desta Casa, aos jornalistas que nos acompanham, as maiores felicidades, saúde e continuação de bom trabalho.

Foi, sem dúvida, um privilégio estar nesta Casa desde 2016, em momentos mais fáceis, em momentos mais difíceis, em bons, em maus momentos, na oposição, na posição, mas sempre a tentar dar o melhor de mim para também dar o meu contributo e trabalhar em prol dos açorianos, do desenvolvimento da nossa Região, sempre comprometida com a minha ilha de São Jorge.

Se, em algum momento mais quente de debate, não estive tão bem, peço desculpa, mas a verdade é que eu acho que tudo é demasiado intenso dentro desta sala, por vezes.

Levo, sem dúvida, aprendizagens para a minha vida: aprendizagens para a minha vida profissional, mas acima de tudo, para a minha vida pessoal.

Ao longo destes 9 anos, tive a honra de integrar o Grupo Parlamentar do CDS-PP, e apesar de ter mantido sempre a minha condição como independente, a verdade é que encontrei, neste partido, aquele compromisso com valores essenciais, na minha perspetiva, para a

vida democrática e, por isso, também quero agradecer ao Presidente do CDS-Açores, a todos os colegas deputados com quem trabalhei no grupo parlamentar, a todos aqueles que integraram as nossas equipas no grupo parlamentar, desde o primeiro dia, e que me acompanharam, que me apoiaram, pelo companheirismo, pelo espírito de equipa, pelas aprendizagens, e que foram muitas, e que fizeram também parte do meu percurso e da minha evolução enquanto parlamentar.

Ao longo deste tempo, destes 9 anos, a verdade é que percebi que a política é vida e, por isso, a gente não se pode pôr de parte, e que faz parte também de nós fazer com que as pessoas acreditem que a política tem a força de poder mudar,...

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: ... de poder melhorar, de as pessoas terem esperança. Acho que isso é uma função de todos nós. Acredito que esse será sempre o nosso foco, sejam as funções que tenhamos e que desempenhamos.

E como diz a letra da música de uma banda de São Jorge, como os Tributo, *Até à vista e não adeus*.

Muito obrigado a todos e até uma próxima.

Aplausos da Câmara.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira** (PSD): Obrigado.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É a última vez que digo isto e queria também referir para que ficasse marcado.

Deputado José Pacheco (CH): Sabes lá! Olha o Barata!

Deputado Nuno Barata (IL): Nunca me despedi!

O Orador: Sabe-se lá, isso é verdade!

Sr. Presidente, prometo acima de tudo ser mais breve do que a Catarina (estou a brincar, Catarina; foi um gosto ouvir-te).

Dizer que foram 9 anos também aqui nesta Casa e lembro-me perfeitamente quando cheguei, nos primeiros 2 meses, dizia: que mundo é este, onde eu estou? Era tudo diferente.

Eu vinha da minha Vila, que é Rabo de Peixe, e logicamente, quando aqui entrei, tive um período de adaptação que, numa primeira fase, foi difícil, mas que, graças aos meus companheiros, graça também aos meus adversários, tive uma adaptação muito fácil e hoje estou feliz por ter desempenhado este cargo.

Nove anos também de muita luta política, nove anos onde tentei sempre defender, em primeiro lugar, aquilo que eram os interesses daqueles que nos elegeram e, em segundo lugar, também tentar servir os açorianos.

Algumas lutas conquistadas, outras perdidas, mas acima de tudo, fiz sempre com o coração cheio, porque estar na política, como costumo dizer, é poder sempre servir o outro.

Queria referir que saio hoje com uma certa nostalgia, porque cada momento que nós passamos, acreditamos que é o último nesta fase e tive bons momentos enquanto deputado regional, e não me vou esquecer daquilo que foram esses últimos 9 anos.

Queria deixar uma palavra também de apreço e de amizade para aqueles que foram os nossos adversários (os meus adversários), para aqueles que diretamente discuti acerca das pescas e que, por incrível que pareça, são pessoas que nos damos muito, muito bem. Isso demonstra a qualidade também das pessoas que aqui estão nesta Casa.

E também para todas as outras bancadas que, ao longo deste tempo, tive sempre e pus sempre essa ideia na cabeça, porque defendemos os nossos interesses, os nossos ideais, as nossas medidas, mas nunca olhei para cada um de vós como inimigo ou sequer como uma pessoa que não era grata, muito pelo contrário.

E aprendi com todos vós, porque só assim é que me fez crescer enquanto ser político também.

Uma palavra também de apreço, Sr. Presidente, para aqueles que são os funcionários desta Casa, funcionários estes que, muitos deles, saio com a certeza de que nós fomos amigos

e vamos ser para o resto também das nossas vidas, porque as amizades conquistam-se e perduram no tempo quando elas são verdadeiras. Por isso também, para os funcionários desta Casa, o meu muito obrigado pela forma como me acolheram.

Uma palavra também para a comunicação social aqui presente. Foram vários anos de convívio e agradeço, acima de tudo, também o trabalho extraordinário que fazem em levar a informação para os açorianos.

Uma palavra para todos os açorianos das nove ilhas, com os quais tive a oportunidade de privar com muitos deles, e que reconheço a qualidade, acima de tudo, da nossa gente e a qualidade do nosso povo açoriano, porque em cada ilha, em cada cidade, em cada vila, em cada freguesia, fui sempre muito bem recebido.

Termino pedindo desculpa, acima de tudo, por alguma situação que correu menos bem, que alguém ficasse menos satisfeito comigo, mas logicamente que aquilo que posso dizer, é que tudo o que fiz foi sempre para defender os interesses, em primeiro lugar, dos açorianos e, em segundo lugar, daqueles que efetivamente esperavam que nós os defendêssemos e que criássemos aquilo que criámos para os açorianos.

Cresci como político. Hoje, sou uma pessoa diferente, uma pessoa mais capaz e isso devo a esta Casa e, acima de tudo, também àqueles que tiveram comigo durante os últimos 9 anos.

Sr. Presidente da Assembleia, gosto enorme. Sei que naquela altura tirei-lhe o peixe, mas fiquei com o mar...

Risos da Câmara.

... e espero que, acima de tudo, tenha a continuidade de um excelente trabalho e a todos vós, naquilo que são a defesa das vossas medidas, a defesa daquilo que efetivamente são os vossos ideais. Continuem acima de tudo a defender os açorianos que sei que todos fazem da melhor maneira possível e têm feito um trabalho extraordinário.

Ao Governo, vamos nos ver. Vamos conversar.

Risos da Câmara.

O Secretário das Finanças está a mexer na cabeça.
Um bem-haja a todos, obrigado do fundo do meu coração. Ficarão para sempre aqui guardados.
Obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos da Câmara.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Sra. Deputada Délia Melo.
(*) **Deputada Délia Melo** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Correndo o risco de ser repetitiva, obviamente, também vou fazer aqui uma despedida.
É com profundo sentimento de gratidão que me despeço de todos vós, hoje. Vivi aqui intensos momentos de debate, de aprendizagem, de partilha...

Aplausos da Câmara.

Dizer a todos os colegas, independentemente dos diferentes partidos políticos, que nós, aqui, obviamente debatemos ideias em prol da Região e ser parlamentar é um trabalho muito meritório. É um trabalho que, às vezes, não é devidamente reconhecido, mas nós temos uma missão muito nobre e estamos aqui para os açorianos.
Portanto, não há inimigos, há apenas pontos de vista diferentes e agradeço toda a cordialidade, todo o urbanismo e a forma como respeitaram sempre as minhas intervenções, a minha pessoa e se alguma vez, também numa discussão mais acesa, tive uma atitude diferente, eu peço desculpa.

Eu levo comigo tudo aquilo que eu aprendi, levo comigo todas as experiências que aqui vivi e o orgulho de ter servido esta Casa, os açorianos e vou, certamente, agora abraçar um desafio diferente, também muito meritório, em defesa de todos os ribeiragrandenses.
Portanto, estão todos convidados a ir à Câmara Municipal da Ribeira Grande, quando lá quiserem ir.
A vida é feita de ciclos. Este encerra-se. Há um novo que se vai abrir. Estou pronta a abraçá-lo. Obrigada por tudo, e agradeço do fundo do coração tudo aquilo que me deram. Obrigada.

Aplausos da Câmara.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Sr. Secretário Regional, pede a palavra para?
(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, é para utilizar a mesma figura regimental que foi utilizada, ter a oportunidade de me dirigir aos Srs. Deputados que vão abandonar.
Como é tradicional nesta Casa, desde que eu a integro (há 17 anos que cá estou) é sempre dada a palavra para os grupos parlamentares e o Governo Regional poderem ter a oportunidade de fazer as suas intervenções.
Presidente: Faça favor.
(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Ao longo destes 17 anos que estou nesta Casa, tive a oportunidade de assistir às despedidas de muitos Srs. Deputados dos diversos partidos políticos.
Fica sempre uma sensação de saudade em relação àqueles que aqui estiveram, tanto tempo, a discutir connosco temáticas tão importantes para a Região.
Eu quero, desde já, felicitar-vos pela vossa eleição por parte do povo, à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, à Sra. Deputada Délia Melo, ao Sr. Deputado Jaime Vieira, que vão

ocupar importantes funções ao serviço dos seus concelhos, dos seus municípios, dos Açores.

Conhecendo os Srs. Deputados, sei que não é um adeus, é um até já.

Já estou mesmo a ver a Sr. Deputada Catarina Cabeceiras, no âmbito destas novas funções.

Sr. Deputado Jaime, Sra. Deputada Délia Melo, vamos encontrar-nos, de certeza, muitas vezes, vamos falar muitas vezes e o Governo dos Açores estará cá para ajudar, como o faz em relação a todos os municípios dos Açores.

Fica, da parte do Governo dos Açores, esta palavra de reconhecimento, de gratidão pelo vosso trabalho e a forma como prestigiaram sempre esta Casa no âmbito dos debates nos quais tiveram a oportunidade de participar nas vossas iniciativas, ao longo de todos estes anos.

Fica esse registo, fica esse contributo para o povo dos Açores, que é tão importante e que nós queremos reconhecer, neste momento, e desejar-vos muitas felicidades no âmbito do desempenho das vossas funções, muito sucesso em nome do Governo dos Açores.

Muito obrigado.

Aplausos da Câmara.

Presidente: Obrigado, Senhor Secretário Regional.

Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente (o Sr. Secretário abriu a porta, agora vamos todos entrar), eu gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar do CHEGA, saudar e desejar as maiores felicidades nesta nova tarefa.

Em meu nome pessoal, curiosamente, são três pessoas que tenho um carinho imenso (ó Jaime, o frigorífico ainda não chegou, mas há de chegar, vamos aguardar); são pessoas com quem gostei imenso de trabalhar.

A Catarina, quando cá cheguei recebeu-me de uma forma, enfim, fantástica; a Délia, na última legislatura, trabalhávamos muito na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) e o Jaime, é o Jaime. É aquele camarada, aquele companheiro de conversação...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Camarada, não! Companheiro!

O Orador: Para ser mesmo rápido (e não mentir ali como o Jaime), na rua, as pessoas acham que nós somos inimigos. Não somos.

Eu fiz excelentes amigos aqui, estes três, são excelentes amigos.

Eu costumo dizer: não tenho inimigos, tenho adversários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos da Câmara.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, queria desejar às Sras. e ao Sr. Deputados que agora terminam funções aqui na Assembleia Legislativa Regional os maiores sucessos na continuidade do vosso serviço público, desta feita no município da Ribeira Grande e de Velas.

Apesar de todos os nossos esforços para que aqui permanecessem, a verdade é que não atingimos esse propósito. O esforço foi grande, mesmo assim não foi alcançado.

Já esta semana, tive oportunidade de dizer que o serviço público é uma tarefa imensamente gratificante...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: ... e tenho a certeza que foi e continuará a ser, para cada um de vós. Servir não quer dizer estar na primeira fila, nem na última.

Independentemente de onde estejamos, o que interessa é a intensidade que colocamos, o amor, o respeito e, portanto, sejam muito felizes e façam felizes aqueles para os quais se vão dedicar daqui em diante. Acho que isso é o essencial. E, sobretudo, tenham muita saúde, porque os cargos que vão exercer são cargos muito exigentes — fala a voz da experiência —, bastante diferentes daquele que exerceram até agora. São igualmente gratificantes, mas com uma proximidade muito diferente da que temos hoje aqui.

A política, no geral, hoje em dia, não é reconhecida. Os políticos, no geral, não são bem vistos, nem reconhecidos. E, apesar do nosso esforço diário, aqui ou em qualquer parte, no exercício da atividade política, a verdade é que nem sempre conseguimos fazê-lo da melhor forma e é importante que o reconheçamos quando temos a oportunidade de o fazer.

Portanto, o nosso desejo, destes 23 Deputados que aqui estão, é que sejam bem-sucedidos nas vossas funções, porque o vosso sucesso será o nosso também.

Obrigada.

Aplausos da Câmara.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto-me se há mais alguém que queira usar da palavra?

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também para dar um abraço tanto à Catarina, como à Délia, como ao Jaime. Foram três excelentes colegas aqui desta bancada.

Desejar as melhores felicidades para os três e que desempenhem tão bem a vossa função nas novas funções, como desempenharam aqui, porque aqui desempenharam

excelentemente.

Um abraço aos três. Muito saúde e muitas felicidades.

Aplausos da Câmara.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguém que queira usar da palavra.

Não havendo, eu quero também, em nome da Mesa, agradecer a vossa participação nesta missão.

Acho que o fizeram de uma forma, particularmente, dignificante desta Assembleia. Agradeço-vos muito em nome da Mesa e talvez também em nome do povo açoriano que aqui representamos. Esta não é uma despedida. Nós estamos todos na mesma missão, a de servir o povo e Vossas Excelências vão continuar a servir o povo de outra forma e vamos com certeza encontrar-nos por aí. É por uma boa razão que estão a sair e a fazer estas despedidas.

Desejo-vos muitas felicidades e a Assembleia está sempre de portas abertas para os seus antigos deputados e não há despedidas nessas coisas. Nós sabemos. Temos inúmeros exemplos aqui que vamos e vimos.

Infelizmente, são aqueles que partiram e que não mais voltaram e que fizemos aqui outro tipo de despedidas.

Portanto, estejam contentes, porque vão abraçar outros desafios para servir o nosso povo açoriano.

Muito obrigado a todos.

Aplausos da Câmara.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare fim do período legislativo de outubro.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde a todos, bom almoço e bom regresso para aqueles que vão regressar às suas casas.

Eram 13 horas e 12 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputado que entrou durante a sessão:
Partido Social Democrata (PSD)
Jaime Luís Melo **Vieira**

Deputados que faltaram à sessão:
Partido Social Democrata (PSD)
Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Partido Socialista (PS)
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Documentos entrados:

1- Projetos de Lei:

Assunto: N.º 255/XVII/1.ª - (CDS-PP) - Estabelece as regras de Utilização de Bandeiras em Edifícios de carácter público - Audição n.º 60/XIII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República
Data de Entrada: 2025-10-15
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data Limite de Parecer: 2025-11-04.

2- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Altera o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2023/2413 - MAEN - (Reg. DL 147/XXV/2025) - Audição n.º 41/XIII/2.ª - GR
Proveniência: Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros
Data de Entrada: 2025-10-13
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data Limite de Parecer: 2025-11-03.

3- Projetos de Resolução:

N.º 54/XIII/2.ª **http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjR054.pdf**
Assunto: Recomenda ao Governo Regional dos Açores a implementação urgente de medidas de combate à vespa-das-galhas-do-castanheiro
Proveniência: CH
Data de Entrada: 2025-10-14
Comissão:
COM PEDIDO DE URGÊNCIA

N.º 55/XIII/2.ª **http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjR055.pdf**

Assunto: Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço do efetivo da polícia de segurança pública na Região Autónoma dos Açores
Proveniência: IL
Data de Entrada: 2025-10-14
Comissão:
COM PEDIDO DE URGÊNCIA

N.º 56/XIII/2.ª http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjR056.pdf
Assunto: Recomenda a realização de esforços diplomáticos para regularização dos salários dos trabalhadores das USFORAZORES
Proveniência: BE
Data de Entrada: 2025-10-15
Comissão:
COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

4- Antepropostas de Lei:

N.º 14/XIII/2.ª http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEAPpL014.pdf
Assunto: Regime de Arrendamento Seguro
Proveniência: CH
Data de Entrada: 2025-10-14
Comissão:
COM PEDIDO DE URGÊNCIA

5- Requerimentos:

Assunto: PS pretende informação atualizada sobre todas as Estruturas de Missão e Grupos de Trabalho
Autores: Sandra Costa Dias, Andreia Cardoso, Carlos Silva, Marta Matos, José Eduardo, Cristina Calisto, Dora Valadão, Inês Sá, Joana Pombo Tavares, João Vasco Costa, José Ávila, José Miguel Toste, Lubélio Mendonça, Marco Martins, Isabel Teixeira, Mário Tomé, Marlene Damião, Patrícia Miranda e Vasco Cordeiro (PS)
Data de Entrada: 2025-10-14
Referência: 54.02.00 – N.º 437/XIII. http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque437.pdf

6- Informações:

Assunto: Ofício ref.ª 60216089 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que o Senhor Deputado José Eduardo da Cunha Pacheco, possa ser ouvido na qualidade de arguido, no âmbito do Processo de Inquérito (Atos Jurisdicionais) 2721/25.6T9PDL, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo de Instrução Criminal de Ponta delgada
Proveniência: Dr. Francisco de Siqueira, Meritíssimo Juiz de Direito
Data de Entrada: 2025-10-13;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de deliberação de urgência para que seja apreciada na sessão plenária de dezembro de 2025, do Projeto de Resolução n.º 54/XIII/2.ª (CH) – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a implementação urgente de medidas de combate à vespa-das-galhas-do-castanheiro
Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2025-10-14;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de deliberação de urgência com redução do prazo de exame em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 55/XIII/2.ª (IL) – Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço do efetivo da polícia de segurança pública na Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Nuno Barata, Deputado da Representação Parlamentar da IL
Data de Entrada: 2025-10-14;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de deliberação de urgência para que seja apreciada na sessão plenária de dezembro de 2025, da Anteproposta de Lei n.º 14/XIII/2.ª (CH) – Regime de Arrendamento Seguro
Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH
Data de Entrada: 2025-10-14;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de deliberação de urgência e dispensa de exame em Comissão, do Projeto de Resolução n.º 56/XIII/2.ª (BE) – Recomenda a realização de esforços diplomáticos para regularização dos salários dos trabalhadores das USFORAZORES
Proveniência: António Lima, Deputado da Representação Parlamentar do BE
Data de Entrada: 2025-10-15.

7- Relatórios:

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar para que o Deputado José Eduardo da Cunha Pacheco possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do Inquérito (Atos Jurisdicionais) n.º 2721/25.6T9PDL

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025-10-15.

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI22201.pdf

Os Serviços de Redação.